



# Anais da Assembléia

N.º 05

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 04 DE MARÇO DE 1985

ANO XI

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 001.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 04 DE MARÇO DE 1985

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, secretariada pelos Senhores Deputados Amélia Hruschka e Edmar Luiz Costa.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, Luiz Alberto Oliveira, Mário Pereira, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque e Werner Wanderer. (37). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Antonio Annibelli, Fiori Luiz, Aírton Cordeiro, Dirceu Manfrinato, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Fuad Nacli, Gernote Kirinus, Home-ro Oguído, Irondi Pugliesi, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Márcio Almeida, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Péricles Pacheco, Sérgio Spada, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes. (21).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Está em votação a ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — A Mesa defere e irá proceder a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).  
24 Srs. Deputados responderam a chamada.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, solicito verificação de quorum para prosseguimento da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — A Mesa registrou a presença de 24 (vinte e quatro) Srs. Deputados que a responderam. A Mesa não vê como verificar a existência porque a chamada deu a presença de 24 (vinte e quatro) Srs. Deputados. Não há votação em Plenário para se verificar o quorum; sendo assim, passo a palavra ao Sr. 2.º Secretário para a leitura da Ata quando então Vossa Excelência poderá requerer a verificação.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura das atas.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Estão em discussão as atas que acabam de ser lidas. Não havendo quem queira discutí-las declaro-as aprovadas.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Solicito, pela ordem, verificação de quorum para aprovação da ata e para continuação da sessão.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — (Pela ordem) — Requeiro a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — A Mesa derefe e solicita ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

29 Srs. Deputados responderam a chamada.

Há quorum para deliberação.

A Mesa irá proceder a verificação de votação de quorum solicitada pelo Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

(É procedida a verificação de votação).

23 Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita. Estão aprovadas as atas.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Ofícios:

Sob o n.º DTL/232/84, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Sancionado o Projeto de Lei Complementar n.º 27/84, que foi convertido em Lei Complementar n.º 25. —Anote-se. Arquite-se.

Sob os n.ºs DTL/233 e 234/84, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Sancionado os Projetos de Lei n.ºs 55 e 194/84, os quais convertidos em Lei tomaram os n.ºs 8003 e 8004. — Anote-se. Arquite-se.

Sob o n.º DTL/235/84, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei n.º 24/83, por julgá-lo inoportuno e contrário aos interesses do Estado. — À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n.º DTL/236/84, do Senhor Governador do Estado,

comunicando haver **VETADO INTEGRALMENTE** o Projeto de Lei Complementar n.º 331/84, por julgá-lo inconstitucional.

**A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o n.º DTL/237/84, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver **VETADO INTEGRALMENTE** o Projeto de Lei n.º 218/84, em razão do fato da Entidade "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PARANAGUÁ", já ter sido declarada como de utilidade pública, através da Lei n.º 7.378, de 28 de outubro de 1980.

**A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o n.º DTL/238/84, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver **VETADO INTEGRALMENTE** o Projeto de Lei n.º 205/84, por julgá-lo contrário aos interesses do Estado.

**A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o n.º DTL/239/84, do Senhor Governador do Estado comunicando haver **VETADO PARCIALMENTE** o Projeto de Lei n.º 163/84, por julgar a parte vetada inoportuna e contrária aos superiores.

**A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o n.º DTL/240/84, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver **VETADO PARCIALMENTE** o Projeto de Lei n.º 378/84, por julgar as partes vetadas contrárias ao interesse do Estado.

**A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob os n.ºs DTL/241, 242, 243, 244, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298 e 300/84, 01 e 02/85, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Sancionado os Projetos de Lei n.ºs 299, 343, 351, 364, 206, 197, 242, 254, 376, 200, 249, 227, 250, 239, 377, 374, 313, 228, 232, 281, 276, 204, 328 e 375/84, os quais convertidos em Lei tomaram os n.ºs 8.010, 8.011, 8.008, 8.009, 8.058, 8.057, 8.061, 8.065, 8.066, 8.056, 8.055, 8.054, 8.063, 8.046, 8.047, 8.044, 8.043, 8.053, 8.052, 8.051, 8.049, 8.062, 8.068 e 8.069. **Anote-se. Arquite-se.**

Sob os n.ºs DTL/ 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 289 e 299/84, 03/85, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Sancionado os Projetos de Lei n.ºs 312 e 336/84, 50 e 86/83, 334, 120, 345, 353, 349, 297, 269, 359, 352, 346, 341, 298, 340, 342, 357, 309, 338, 347, 344, 350, 358, 360, 361, 354, 356, 355, 362, 337, 310, 266, 193, 172, 51 e 106/84, os quais convertidos em Lei tomaram os n.ºs 8.007, 8.006, 8.015, 8.014, 8.012, 8.013, 8.023, 8.022, 8.016, 8.018, 8.027, 8.025, 8.028, 8.031, 8.030, 8.019, 8.029, 8.026, 8.021, 8.033, 8.020, 8.040, 8.014, 8.042, 8.039, 8.036, 8.037, 8.038, 8.024, 8.017, 8.032, 8.035, 8.034, 8.060, 8.059, 8.064, 8.050 e 8.070. **Anote-se. Arquite-se.**

Sob o n.º DTL/290/84, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Sancionado o Projeto de Lei n.º 379/84, o qual convertido em Lei tomou o n.º 8.045.

**Anote-se. Arquite-se.**

**MOÇÃO DE APOIAMENTO E DE INDICAÇÃO**

Os Deputados Estaduais que abaixo subscrevem, indicam o nome do Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira, para Líder do Partido Democrático Social (PDS) na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para o período legislativo de 1.º de março de 1985 a 1.º de março de 1986.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1985.

ERONDY SILVÉRIO  
ANTÔNIO ANNIBELLI  
IVAN GUBERT  
FRANCISCO ESCORSIN  
EZEQUIAS LOSSO  
BASÍLIO ZANUSSO  
JORGE MAIA FILHO

PÉRICLES PACHECO  
EDGARD PIMENTEL  
WERNER WANDERER  
TUGUIO SETOGUTTE  
NELSON BUFFARA  
DONATO GULIN  
GILBERTO CARVALHO  
AUGUSTO CARNEIRO  
ODENI MONGRUEL  
GABRIEL MANOEL  
TÉRCIO ALBUQUERQUE  
WILSON FORTES  
LUIZ ALBERTO OLIVEIRA  
QUIÊLSE CRISÓSTOMO

Requerimentos:

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais desta Sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. JACIRA MARTINS ANNIBELLI, haja vista que a falecida era progenitora do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1985.

(a) EDUARDO BAGGIO

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o soberano Plenário, seja enviado voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. JACÓ SCHULZ, ocorrido no mês de fevereiro do corrente ano, em Paranavaí. Haja vista que o mesmo foi Vereador em Paranavaí, sendo um dos pioneiros nesta cidade, e é pai do Vereador Basílio Schulz. Pedimos ainda, seja enviado expediente à Câmara dos Vereadores de Paranavaí.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1985.

(a) EDUARDO BAGGIO

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, que seja consignado em ata da presente sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. JACIRA MARTINS ANNIBELLI, ocorrido no último dia 22 de fevereiro.

Nascida em Clevelândia, a 23 de abril de 1921, era filha do pioneiro do Sudoeste do Paraná, Manoel Lustosa Martins, e de Maria da Luz Martins. Mulher de fibra, carregava no sangue a mesma coragem, o mesmo ardor renovador e o mesmo espírito revolucionário de seu pai, o grande desbravador de toda uma região de nosso Estado e Prefeito de Clevelândia, cidade por ele fundada.

Ao lado se seu marido, Antônio Annibelli, ex-Presidente desta Casa de Leis, companheiro de todas as horas, fossem aquelas de alegria, fossem aquelas de tristeza, construiu uma família unida pelo amor e pela fé na vida, marcada, também, pela mesma fibra e disposição de luta. Seu filho, Antonio Martins Annibelli, nosso companheiro de bancada, revela na sua atuação política toda a herança transmitida por sua mãe. Suas filhas, Marilena e Marina, a exemplo de D. Jacira, constroem famílias plenas de amor e de confiança no futuro.

Seu passamento deixa-nos profundamente marcados pela

dor e pela tristeza. Nosso requerimento é a forma singela que encontramos de homenagear pela última vez aquela que só soube conquistar amizade e admiração ao longo de toda a sua vida.

Outrossim, solicitamos que da decisão deste Plenário seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1985.

(a) ANIBAL KHURY

Apoio: LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — em nome da Bancada do PDS.

TADEU LÚCIO MACHADO — em nome da Bancada do PMDB.

NILSO SGUAREZI

BASÍLIO ZANUSSO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja consignado um voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. MARIA THEREZA DE ABREU FIGUEIREDO, ocorrido no dia 26 de fevereiro de 1985.

Requer ainda que seja enviada cópia aos familiares, à Rua Minas Gerais, 2508 — Cascavel - PR.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1985.

(a) EDGARD PIMENTEL

#### JUSTIFICATIVA:

A homenagem que propomos objetiva demonstrar o sentimento dos paranaenses mormente aqueles que residem em Cascavel pelo passamento de uma pessoa de elevadíssima estima e de tradicional família que orgulha Cascavel e Oeste paranaense, em virtude dos relevantes serviços prestados à cultura paranaense, pelo pioneirismo e pela consagração de sua existência ao progresso da nossa sociedade, em todos os seus segmentos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, após ouvido o Plenário, seja inserido na Ata da sessão de hoje, um voto de pesar pelo falecimento de ANTONIO SAD, ocorrido na cidade de Ponta Grossa, no dia 21 de fevereiro findo.

O falecimento deixa viúva a Sra. Anine Maia Sad, com quem teve três filhas: Marlene, casada com Fuad Neim; Marilda, casada com Garlito Fanchin e Miriam, casada com Roberto Cunha Nascimento. Deixa ainda 7 netos e 2 bisnetos.

Antonio Sad muito contribuiu no desenvolvimento econômico e social de Ponta Grossa. Ligado ao mundo empresarial princesino, foi um dos fundadores do Banco Bamerindus do Brasil S/A. Na vida social, como Presidente do Guarani, e no desempenho de outros importantes cargos, angariou um vasto círculo de amizades.

Pessoa de elevados predicados morais e boníssimo coração, dedicava-se também às atividades filantrópicas.

A comunidade pontagrossense chora a perda de seu ilustre filho, cuja lembrança guardará com imenso carinho.

Requeiro que cópia deste expediente seja encaminhada à família enlutada.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1985.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Liderança do PDS, por seu Líder, REQUER a recon-

dução, por mais trinta dias, de todos os componentes das Comissões Permanentes desta Casa de Leis, ou até a determinação e escolha da nova Liderança.

Outrossim, requer a convocação dos suplentes nos casos de vacância ou impedimento.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1985.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Líder do PDS

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Liderança do PMDB, por seu líder, REQUER a recondução, por mais trinta dias, de todos os componentes das Comissões Permanentes desta Casa de Leis, ou até a determinação e escolha da nova Liderança.

Outrossim, requer a convocação dos suplentes nos casos de vacância ou impedimento.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1985.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

Líder do PMDB

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações ao jornal "Diário Popular", pela comemoração, no dia de hoje, dos seus 22 anos de existência, com conseqüente encaminhamento ao Ilustríssimo Sr. Abdo Aref Kudri, Diretor Proprietário.

No dia 04 de março de 1963, era fundado, na Capital paranaense, um novo jornal. Não se tratava, no entanto, de simplesmente mais um jornal, mas sim, de um veículo de comunicação que surgia com objetivos claramente definidos: o de informar, com absoluta imparcialidade, todos os acontecimentos; posicionando-se também em defesa dos verdadeiros interesses do povo paranaense.

Nos dias de hoje, o "Diário Popular" tem se caracterizado, como ao longo de sua existência, com uma linha absolutamente séria, justificando, desta maneira, o seu próprio nome, o de um jornal popular.

Neste sentido, não poderia deixar de registrar nos Anais deste Poder Legislativo paranaense o trabalho altamente profissional de todos aqueles que integram o seu corpo de funcionários e jornalistas, fazendo com que o "Diário Popular" seja hoje, sem dúvida alguma, um dos mais importantes veículos de comunicação de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER depois de ouvido o Plenário, o envio de Moção de Repúdio à empresa FRIGOBRAÁS - SADIA, instalada no Município de Toledo, por ter colocado em sua produção pessoas não habilitadas, em substituição a trabalhadores que estão em greve por melhores salários, com cópia para a Coordenadoria de Defesa do Consumidor - CODEC e Ministério da Agricultura.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1985.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

#### JUSTIFICATIVA:

É de amplo conhecimento da opinião pública que os trabalhadores do funcionalismo público federal se incluem entre as classes mais mal pagas deste País.

É dentro deste contexto que nasceu a greve dos funcionários da Inspeção Federal, do Ministério da Agricultura, e que hoje paralisa este setor, a fim de possibilitar aos trabalhadores, inclusive, um melhor desempenho de suas importantes funções.

Em Toledo, a greve forçou a paralisação das atividades da empresa Frigobrás-Sadia, que virtualmente domina a economia da região. Para fugir das consequências, tal empresa colocou, nos últimos dias, na inspeção de sua produção, pessoas não habilitadas para tal atividade, e carentes de experiência.

Isto estaria gerando, inclusive, a comercialização de produtos alimentícios daquela empresa, sem o indispensável Certificado de Inspeção Federal.

Desnecessário o aprofundamento de qualquer análise para que se perceba em toda a sua extensão, os prejuízos que tal atitude pode vir a causar à saúde da população. É preciso que se lembre ser aquela empresa o maior complexo de abate de aves, suínos e bovinos da América Latina.

Colocado tal abate, e a consequente produção de alimentos sob a supervisão técnica e inspeção de pessoas não capacitadas, fica evidente que a sociedade como um todo será obrigada a pagar pela intransigência da empresa. Isto porque, será inevitável a perda de qualidade de tais serviços, ampliando em muito a possibilidade de surgimento de doenças infecto-contagiosas, dada a quantidade de pessoas, do País e do exterior, que consomem o produto daquela empresa.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja encaminhada solicitação ao Excelentíssimo Deputado Federal José Alencar Furtado, para que seja apresentado, naquela Casa de Leis, projeto de lei que concede aposentadoria aos vinte anos de serviço aos funcionários públicos portadores de deficiência física.

Tal solicitação se justifica:

— Considerando o número de pessoas portadoras de deficiência física, congênita ou adquirida em consequência de doenças de infância, que buscam sua sobrevivência, seu ajustamento e integração social, através do trabalho compatível - com sua vocação e suas possibilidades intelectuais, motoras e sensoriais.

— Considerando o número de pessoas deficientes (físicas) que já integram os quadros de funcionários de várias instituições e desempenham com dedicação seus misteres, comprovando que o grau de deficiência não impede a execução das tarefas que lhe são atribuídas.

Vimos de constatar que tais funcionários merecem uma consideração especial, no que tange ao tempo de serviço, pelas razões que passamos a expor:

— Os esforços canalizados para o bom desempenho das funções que assumem — sejam de adaptação, aprendizado de ofício ou profissão, sejam as técnicas terapêuticas a que se submetem para atingir o grau máximo de aptidão de que são capazes, em função das diferenças de ordem motora, ou sensorial — provocam sensível atraso no ingresso às vagas nos quadros funcionais a que concorrem.

— O desgaste advindo em consequência da necessidade permanente de adaptação, para compensar as limitações que os distinguem da maioria.

Assim, julgamos uma questão de justiça social, considerar seus ritmos e condição excepcionais, concedendo-lhes a aposentadoria aos vinte anos de serviço, para que possam efetivamente gozá-la.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1985.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, visando a destinação de uma máquina de datilografia para o posto de saúde existente na sede da Municipalidade de Boa Esperança.

O presente requerimento se faz necessário em face dos diversos transtornos verificados na parte dos serviços burocráticos, exatamente pela falta de uma máquina de datilografia, de acordo com reclamação do Ilustríssimo Senhor Nérias Pereira Miranda, morador naquela cidade, há muitos anos.

A ausência de tal utensílio, dificulta, por exemplo, o controle, através da confecção de fichas da realidade do setor, quanto aos problemas existentes, bem como os caminhos a serem seguidos para a solução dos mesmos.

Por tratar-se de importante reivindicação, aguarda-se dessa Pasta o pronto atendimento do que ora é postulado, resolvendo desta maneira, um problema deveras antigo.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, visando a realização de estudos devidos, objetivando a liberação de recursos de ordem financeira a serem aplicados na execução do projeto de sinalização urbana na Municipalidade de Campo Mourão.

Fora de qualquer dúvida, um dos problemas mais sérios, e aliás dos mais antigos, em Campo Mourão, no que diz respeito a faixa correspondente ao perímetro urbano, refere-se à sua sinalização.

Na verdade, especialmente nos últimos anos, a população simplesmente tem vivenciado diversos problemas decorrentes exatamente em face da omissão dos organismos públicos ligados direta e indiretamente ao setor de trânsito.

Tal realidade só gerou a situação que atualmente se encontra a cidade de Campo Mourão, onde diversas vias não contam há muito tempo com qualquer tipo de sinalização.

Neste sentido, a 8ª CIRETRAN— Circunscrição Regional de Trânsito, sediado naquele Município, elaborou em conjunto com os técnicos do DETRAN do Paraná, levantamentos da situação, e, posteriormente, apresentou um projeto contendo inúmeras proposições no sentido da solução de tal conjuntura. No entanto, dado a situação de extrema delicadeza, a execução do cita-

do projeto, implicará na aplicação de uma quantidade bastante grande de recursos. A administração Municipal por sua vez, em face do alto custo na implementação do citado programa, afirma não dispor de recursos para tal.

Toma-se, neste sentido, dispensável tecer maiores comentários a respeito da importância de dotar as vias urbanas de Campo Mourão através de sinalizações verticais como horizontais, quanto à segurança que as mesmas trarão aos condutores de veículos automotores assim como aos transeuntes, especialmente.

Diante da exposição de motivos, neste requerimento relatados, é de se esperar que essa Secretaria de Estado da Segurança estude mecanismos e formas de assegurar o que ora é reivindicado; atendendo deste modo, a uma antiga aspiração do povo mourãoense, reafirmada de modo destacado pelo ilustríssimo Senhor Valdete Rodrigues de Almeida, Suplente de Vereador do PMDB e atual Chefe da CIRETRAN em Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Cultura e do Esporte objetivando a destinação de recursos orçamentários a serem aplicados como ajuda na manutenção do Esporte Clube XV de Novembro, da Municipalidade de Campina da Lagoa.

O Clube XV de Novembro tem se destacado no esporte de Campina da Lagoa, graças à dedicação de seus atletas e dirigentes, especialmente. Isto só tem contribuído para que, mais e mais, aquela agremiação esportiva consiga se projetar em inúmeras competições, obtendo sempre excelentes resultados.

No entanto, exatamente pela importância do Clube XV de Novembro, que tem conquistado, além de excelentes resultados, prestígio e respeito em toda região, há a real necessidade de se ter uma estrutura à altura da própria grandeza daquela equipe.

Toma-se, importante, neste sentido, a contribuição de todos os segmentos da sociedade, que da cidade, através de suas diversas lideranças esportivas, em especial, não tem medido esforços para assegurar uma estrutura necessária à manutenção do conjunto daquele Clube. Mesmo assim, a participação do Estado, através dessa Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, é indispensável.

Por certo que, o conteúdo desta reivindicação, ora apresentada, que aliás é de iniciativa do Ilustríssimo Senhor Marcos Terra, líder político e cartorário na cidade, merecerá a atenção desejada.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Diretor-Presidente da EMOPAR - Empresa de Obras Públicas do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração, para que avalie a real possibilidade de auxiliar na recuperação da Escola Municipal São Judas Tadeu, localizada na cidade de Barbosa Ferraz.

De iniciativa do Excelentíssimo Senhor José Ricardo Tunes Villar, Vereador da Câmara Municipal daquele Município, o apoio governamental na recuperação do citado estabelecimento de ensino, tendo em vista a ausência de recursos orçamentários por parte dos cofres da Administração local.

Atualmente, o estado da Escola São Judas Tadeu é extremamente delicado, pois suas instalações inclusive, em até mesmo alguns riscos para seus frequentadores.

Espera-se, portanto que essa Pasta possibilite alguma ajuda que venha de encontro com a solução do que ora é solicitado, atendendo, deste modo, manifestações não somente do mencionado Vereador, mas também de conjunto de estudantes, professores e pais daquela Escola.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior, Deputado Nelson Miguel Friedrich, bem como ao Presidente da COHAPAR, Doutor Theobaldo Vitorio Machado, solicitando-lhes informações que nos esclareçam objetivamente a respeito do número exato de unidades residenciais programadas para Maringá, em 1985, discriminando-se, conforme venham a se enquadrar na modalidade de projetos convencionais modelo BNH, ou de projetos alternativos do estilo modalidades de projetos começam a nos preocupar em termos até de demanda e potencial de comercialização do primeiro padrão de casas populares. Será que os investimentos superiores a 10 bilhões de cruzeiros que estarão sendo repassados pela COHAPAR pelo projeto convencional do BNH em Maringá para a construção de centenas de moradias com área construída entre 40 a 50 m<sup>2</sup> e a uma prestação média mensal de CR\$ 200.000, a ser paga pelo mutuário, não haverão de ficar indefinidamente estocados à espera de comercialização, quando a mesma COHAPAR, pelo Projeto Mutirão, vai desenvolver a construção de outras centenas de moradias populares com a mesma área construída entre 40 a 50 m<sup>2</sup>, só que a uma prestação média de CR\$ 20.000 ?

Senhor Presidente, indagações semelhantes a estas começam a nos surgir das associações de bairros do Município de Maringá e, em função deste emaranhado contraditório é que, para um debate e avaliação mais esclarecedores, haverão de ser de grande valia todos os informes que, a partir da cidade de Maringá, se prestariam para delinear arquétipos válidos para todo o Paraná. É por isso que, num enfoque elucidativo e paralelo entre o programa Mutirão para Maringá e os conjuntos habitacionais Jardim Industrial e Léa Leal, haverão de nos ser indispensáveis, entre outros itens, informações a respeito do valor total dos investimentos, as dimensões e preços dos terrenos, o número e tipo de casas, a prestação inicial (com e sem ônus), os prazos de financiamento, as construtoras responsáveis, os estudos de demanda, bem como o preço de custo das unidades habitacionais.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1985.

(a) TADEU FRANÇA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Município de Sarandi, localizado no Noroeste do nosso Estado, vem passando por intenso processo de desenvolvimento e

Constituindo-se hoje em um dos maiores produtores rurais daquela região, Sarandi possui basicamente pequenos e médios produtores.

A falta de uma Agência do Banco do Brasil no Município vem causando dificuldades aos produtores e prejuízos ao mesmo. De fato os proprietários se vêm obrigados a buscar financiamento em outras praças e isto resulta em saída de recursos de Sarandi.

Com o objetivo de sanar tais problemas, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda, Ernane Galveas, e ao D.D. Senhor Presidente do Banco do Brasil, Osvaldo Colin, solicitando dos mesmos providências no sentido da implantação de uma Agência do referido Banco naquele Município.

Por outro lado, solicitamos que da decisão do Plenário seja dado ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Sarandi, à Câmara Municipal do já citado Município e ao Presidente do PMDB.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1985.

(a) TADEU FRANÇA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado das Finanças, Doutor JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS, solicitando a instalação de um posto bancário do Banco do Estado do Paraná S/A., no Município de Sarandi.

Outrossim, solicita que da decisão deste Plenário seja dado ciência aos Senhores Prefeito Municipal, Vereadores e Presidente do Diretório do PMDB.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1985.

(a) TADEU FRANÇA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, Doutor Cloraldino Severo, solicitando providências no sentido de que o Governo Federal libere recursos para a construção de uma ponte ligando Porto Felício - Porto Caiuá.

A medida se justifica plenamente, visto permitir uma maior integração entre os Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul. Como sabemos, é extremamente significativo o intercâmbio comercial entre estes dois Estados, com a possibilidade de um desenvolvimento cada vez maior. Assim sendo, a construção da referida ponte só trará benefícios ao Paraná e ao Mato Grosso do Sul.

Outrossim, solicitamos que da decisão do Plenário seja dado ciência à CACINOR - Coordenadoria das Associações Comerciais e Industriais do Norte e Noroeste do Paraná e ao Expresso Maringá.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1985.

(a) TADEU FRANÇA

#### REQUERIMENTO

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Presidente da TELEPAR, Dr. Gilberto Garbi, solicitando providências no sentido do aumento do número de telefones do Município de Atalaia, visto que lá existe uma defasagem de 50 aparelhos.

Outrossim, solicitamos que da decisão deste Plenário seja dado ciência aos Senhores Prefeito Municipal, Vereadores e Presidente do Diretório Municipal do PMDB de Atalaia.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1985.

(a) TADEU FRANÇA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado das Finanças, Dr. João Elísio Ferraz de Campos, solicitando providências no sentido da construção do prédio próprio da Agência de Rendas no Município de Atalaia.

Outrossim, solicita que da decisão deste Plenário seja dado ciência aos Senhores Prefeito Municipal, Vereadores e Presidente do Diretório Municipal do PMDB de Atalaia.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1985.

(a) TADEU FRANÇA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado das Finanças, Dr. João Elísio Ferraz de Campos, solicitando providências no sentido da construção do prédio próprio da Agência de Rendas do Município de Jussara.

Outrossim, solicita que da decisão deste Plenário seja dado ciência aos Senhores Prefeito Municipal, Vereadores e Presidente do Diretório Municipal do PMDB de Jussara.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1985.

(a) TADEU FRANÇA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Estatuto da Microempresa aprovado pelo Congresso Nacional no final do ano passado foi, sem dúvida, uma grande vitória do pequeno e médio empresário brasileiro. Contudo, é necessário que quando da regulamentação da referida Lei, se faça uma fixação compatível do valor em ORTN's das empresas que serão dispensadas de recolher ICM, de modo que não ocorra uma evasão de rendas de nossos municípios.

Tendo em conta tal fato, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Presidente da República, João Figueiredo, solicitando que quando da regulamentação da já citada lei, se observe aquela questão.

Outrossim, solicitamos que da decisão deste Plenário seja dado ciência aos Senhores Prefeito Municipal, Vereadores e Presidente do Diretório Municipal do PMDB de Assis Chateaubriand.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1985.

(a) TADEU FRANÇA.



## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Município de Atalaia, localizado no Noroeste de nosso Estado, vem passando por um intenso processo de desenvolvimento e crescimento econômico.

Constituindo-se hoje em um dos maiores produtores rurais daquela região, Atalaia possui basicamente pequenos e médios produtores.

A falta de uma Agência do Banco do Brasil no Município vem causando dificuldades aos produtores e prejuízos ao mesmo. De fato, os proprietários se vêm obrigados a buscar financiamento em outras praças e isto resulta em saída de recursos de Atalaia.

Com o objetivo de sanar tais problemas, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Fazenda, Ernane Galveas, e ao D.D. Sr. Presidente do Banco do Brasil, Osvaldo Colin, solicitando dos mesmos providências no sentido da implantação de uma agência do referido Banco naquele município.

Por outro lado, solicitamos que da decisão do Plenário seja dada ciência ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal de Atalaia, Engenheiro Claudomiro Siroti, à Câmara Municipal do já citado Município e ao Presidente do PMDB de Atalaia.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1985.

(a) TADEU FRANÇA.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado das Finanças, Dr. João Elísio Ferraz de Campos, solicitando providências no sentido da construção do prédio da Agência de Rendas do Município de Bom Sucesso.

A medida é plenamente justificada, não só pelos inúmeros benefícios que trará ao município, como também, está de acordo com a política que vem sendo adotada por aquela Secretaria.

Outrossim, solicitamos que da decisão do Plenário seja dado ciência aos Srs. Prefeito Municipal, Vereadores e Presidente do Diretório Municipal do PMDB de Bom Sucesso.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1985.

(a) TADEU FRANÇA.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao ex-Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI, extensivo aos seus familiares, contendo votos de condolências pelo falecimento da Senhora JACIRA MARTINS ANNIBELLI, ocorrido no último dia 22 de fevereiro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1985.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao

Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja autorizada, em caráter emergencial, a recuperação e conservação da estrada de leito natural que liga a Municipalidade de Araruna a Municipalidade de Campo Mourão.

A PR 465, no seu trecho entre as cidades de Peabiru e Araruna, asfaltada há poucos anos, acabou por constituir-se em imprescindível ligação entre tais municípios, cuja integração tem permitido o deslocamento de veículos de forma mais segura, rápida e em qualquer tempo.

Por outro lado, com relação ao asfaltamento da PR 465, que além de ligar Peabiru, serve também de ligação com a cidade de Campo Mourão (via Peabiru). Justamente em face de que atualmente quem vem no sentido de Campo Mourão com destino à Araruna, utiliza a PR 317 (Campo Mourão-Maringá), posteriormente passando pelo perímetro urbano de Peabiru. Isto, automaticamente faz com que a então estrada principal entre Araruna-Campo Mourão, tivesse o seu fluxo de veículos sensivelmente reduzido.

Tal realidade teve, por consequência, a ausência de máquinas do DER-Departamento de Estradas e Rodagem, no sentido da conservação daquela estrada de leito natural, fato que só contribuiu para que aquela mesma ligação, em muitos de seus trechos, ficasse completamente intransitável, dado ao abandono, às vezes total.

Neste sentido, tal conjuntura só tem gerado protestos e insatisfações, especialmente por parte de diversas lideranças comunitárias de Araruna (região onde apresentam os maiores problemas).

Recentemente, o Rotary Club de Araruna, que aliás tem se destacado em verdadeiras manifestações ao lado do povo ararunense em defesa do engrandecimento justo daquela rica região, encaminhou ao presente Deputado, que abaixo subscreve, ofício assinado pelo seu Presidente, Ilustríssimo Senhor Romildo Joaquim de Souza. De acordo com aquela mesma correspondência, a situação da estrada entre Araruna e Campo Mourão é cada vez pior. Neste sentido, pedem que essa Secretaria de Estado, em caráter emergencial, determine a recuperação daquela ligação, tendo em vista que a mesma, embora não apresente um fluxo grande de veículos, continua a ser indispensável. Especialmente para os proprietários rurais, que necessitem de ter um bom acesso às suas áreas de produção, o que tem, por muitas vezes, impedido até mesmo que as riquezas lá produzidas sejam devidamente escoadas. Ademais, as empresas responsáveis pelo transporte de pessoas entre as diversas localidades são obrigadas a não percorrerem os trajetos previamente estabelecidos, gerando com isto, verdadeiros transtornos aos seus usuários, quando em dias chuvosos.

Diante da exposição de motivo, é de se esperar que o Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes dê o necessário encaminhamento ao que ora é reivindicado, o que, sem dúvida alguma, permitirá novamente a verdadeira integração das regiões contidas na faixa onde se situa a mencionada estrada, tranquilizando os inúmeros produtores rurais de Araruna, conhecida e chamada de capital da mandioca.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, à Mesa ouvido o Plenário, seja transcrito, nos Anais desta sessão, artigo em anexo, do jornal "GAZETA DO POVO", intitulado "A VOLTA

DE UM VELHO ARTISTA", publicado na edição de hoje dia 04.03.85.

A matéria em pauta destaca a recondução, à Primeira Secretaria desta Casa, do eminente Deputado Anibal Khury, depois de ter sido injustamente afastado do Parlamento Paranaense, há 17 (dezesete) anos, pela cassação do mandato e que ao regressar ao posto foi eleito pela unanimidade dos Deputados presentes, numa demonstração da mais alta estima política em que é tido por seus Pares.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1985.

(a) EDUARDO BAGGIO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja transcrito nos Anais desta Casa, o artigo publicado no jornal a "GAZETA DO POVO", em sua edição de 03.03.85, de autoria do insigne Professor ALVACIR ALFREDO NICZ, onde destaca a necessidade da convocação da Constituinte, urgente.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1985.

(a) EDUARDO BAGGIO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Casa do editorial do "Jornal do Estado", do dia 17 de fevereiro do corrente ano, sob o título "Divulgação Sem Falha", e que seja dada à direção daquele órgão de imprensa, e Associação de Proprietários de Jornais e Revistas do Paraná o teor deste requerimento.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1985.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

#### JUSTIFICATIVA:

Numa época em que tão intensamente se sentem os malefícios da crescente presença do Estado no campo empresarial, causa profunda estranheza e proliferação de veículos chamados de "house organ", na esfera do poder público, numa inadmissível e injusta concorrência com a iniciativa privada, às empresas de comunicação constituídas empresarialmente para atuarem nesse campo. É fácil ao Poder Público abrir as "burras" do Tesouro para financiar custosas publicações, pois o custo não importa já que, diferentemente da iniciativa privada, não há o cuidado pelo resultado financeiro da atividade.

Concorre, dessa maneira, o Poder Público com a iniciativa empresarial e nenhum resultado obtém quer pela ineficácia quer pelo inexpressivo alcance da comunicação que se pretende por meio desses veículos oficiais de divulgação, que se prestam mais como "mala direta" dirigida essencialmente ao próprio Governo, a pessoas e órgãos que compõem a administração pública. Quer dizer, gasta somas despropositadas o Governo Estadual para comunicar a si mesmo, para veicular uma péssima informação sem qualquer resultado prático e, o que é pior, para divulgar destemperos como o do Secretário da Agricultura a respeito do Nordeste brasileiro e de sua gente.

O governo peemedebista do Paraná não cumpre, também, nessa área, as suas promessas de austeridade e as exaustivas proclamações de que não gastaria recursos públicos com propaganda já que as realizações falariam por si mesmo. E o que se

vê, ao longo desses dois primeiros anos da atual administração é o incompreensível esbanjamento com publicidade na tentativa de esconder o vazio e a ineficiência administrativa.

Por tudo isso é muito oportuno o teor do editorial do "Jornal do Estado" quando condena a intervenção do Governo nos meios de divulgação.

#### Projetos de Lei:

##### PROJETO DE LEI Nº 01/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE FÊNIX, com sede e foro no Município de Fênix, Estado do Paraná.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1985.

(a) TADEU FRANÇA.

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei pretende reconhecer a elevada contribuição que a referida entidade vem oferecendo à comunidade de Fênix. Por outro lado, conforme documentação anexa, a mesma se encontra dentro das normas para declaração de utilidade pública definidas pela Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978. Confiamos, portanto, na manifestação favorável dos nobres Pares.

##### PROJETO DE LEI Nº 02/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública o "Clube dos Amigos dos Deficientes Físicos de São José dos Pinhais" - CADEFI, com sede e foro em São José dos Pinhais.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1985.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem se destacando junto à comunidade de nosso Estado e em particular no Município de São José dos Pinhais.

As suas atividades, conforme o relatório que anexamos ao presente, comprovam a sua efetiva e notada atividade em prol do desenvolvimento de suas finalidades estatutárias.

A documentação que acompanha a presente proposição, comprova o preenchimento das exigências legais previstas pela Legislação Estadual, pertinentes à matéria.

Com isso, esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

##### PROJETO DE LEI Nº 03/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná a DOM ARMANDO CIRIO, Arcebispo de Cascavel.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1985.

(a) EDGARD PIMENTEL.



## JUSTIFICATIVA:

O perfil do piedoso Arcebispo que descrevemos abaixo, justifica plenamente a concessão do Título de Cidadão Honorário que propomos neste projeto de lei.

Homem que há 50 anos consagra sua vida ao serviço de Deus e dos homens, DOM ARMANDO CIRIO escreveu uma das mais belas páginas da história do desenvolvimento físico e cultural do Oeste paranaense onde vive há 25 anos, além do progresso espiritual das nossas comunidades.

Sua biografia diz bem do seu elevado espírito de doação às verdadeiras aspirações dos povos.

DOM ARMANDO CIRIO, nasceu em Calamandrana, Itália, aos 30 de abril de 1916.

Filho de Giovanni Cirio e de Margherita Gibelli.

Fez seus primeiros estudos (primário e ginásial) em Calamandrana, Asti, de 1923 a 1933, entrando posteriormente para o Noviciado dos Padres Oblatos de São José (OSJ), em Alba, em 1934, fazendo os seus primeiros Votos Religiosos.

De 1934 a 1937, foi para Armeno (Novara), onde cursou a Faculdade de Filosofia, voltando para Asti, para cursar Teologia de 1937 a 1940.

Foi ordenado Sacerdote aos 29 de junho de 1940, no 3.º ano de Teologia.

Depois de sacerdote desempenhou as seguintes funções:

De 1941 a 1942, dirigiu um orfanato em Asti;

De 1942 a 1945 foi Reitor de um Colégio em Nuoro (na Ilha Sardenha) lecionando contemporaneamente no Seminário Diocesano do lugar.

De 1945 a 1946 foi Vigário-Cooperador numa paróquia perto de Florença, à espera da partida para o Brasil. Aos 21 de janeiro de 1947, chegou ao Brasil para ajudar nos ministérios pastorais que a Congregação estava desenvolvendo.

Aqui chegando, foi para a Diocese de Botacatu (São Paulo), trabalhando lá, de 1947 a 1948, um ano como Vigário cooperador e outro como Vigário.

Em 1948 veio para o Norte do Paraná, assumindo a Paróquia de Apucarana, aí permanecendo até 1960, como Vigário, tendo também acumulado, de 1958 a 1960, a função de Superior Providencial.

Eleito Bispo de Toledo aos 14 de maio de 1960, foi consagrado em Apucarana, onde era Vigário, aos 28 de agosto de 1960, tomando posse de sua Diocese aos 11 de setembro de 1960.

Desempenhou desde então, profícuo ministério em toda a imensa região que compreende, hoje, três dioceses (Cascavel, Toledo, Foz do Iguaçu).

Com o desmembramento de Toledo, das dioceses de Cascavel e Foz do Iguaçu, o Santo Padre o Papa Paulo VI, pela "Cum Toletanus", aos 5 de maio de 1978 nomeou Dom Armando 1.º Bispo da nova Diocese de Cascavel tomando posse aos 27 de agosto do mesmo ano.

Finalmente, aos 16 de outubro de 1979, pela Bula "Maiori Christifidelium", o Santo Padre o Papa João Paulo II, elevou a Diocese de Cascavel à categoria de Arquidiocese e Sede Metropolitana, sendo que a sua posse como Arcebispo deu-se aos 27 de janeiro de 1980.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Mário Pereira, inscrito.

O SR. EDGARD PIMENTEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê):

"Com o advento de um novo Governo — cognominado de "Nova República" — reascendem-se as esperanças de que os mais graves problemas brasileiros sejam enfrentados com o máximo vigor para que encontremos as soluções desejadas. O mais sério de todos, a nosso ver, é o da educação, onde as distorções acumuladas através dos tempos acrescidas pela indiferença das administrações públicas acabaram por gerar um quadro bastante desolador.

Certamente não teríamos descambiado pelos caminhos que levaram o País a tão triste situação econômica e social se os padrões do ensino e o nível da educação de nosso povo fossem outros, mais elevados e consentâneos com a evolução dos tempos e com os instrumentos que levaram outras nações à senda do progresso.

Nós, infelizmente, estagnamos nessa área de vital importância, seja pela carência de recursos financeiros visto que a União foi extremamente avarenta na canalização de verbas, seja pela imobilização a que se condenou a sociedade impedindo-a a promover avanços no terreno cultural. Mas se permitiu, com a maior prodigalidade, a invasão avassaladora de culturas alienígenas altamente prejudiciais à integridade da identidade nacional e a produzir irreparáveis lesões em nosso patrimônio cultural. Assim sendo, sofremos duplo prejuízo: a estagnação interna e o simultâneo avanço de forças culturais deletérias para as quais os governos escancararam as fronteiras do Brasil.

E muito pior que a alienação intelectual que essa anomalia provoca é o arrefecimento dos sentimentos de civismo, com o grave risco de amanhã o vasto patrimônio que herdamos de nossos ancestrais e que tantas lutas e tantos sacrifícios custaram para preservar se perca por meio desse insólito processo de transfusão que ora sofremos das nossas mais vitais energias. E se hoje assistimos estarecidos a convivência governamental, premeditada e proveitosa para os vendilhões da Pátria, talvez em futuro próximo não contemos sequer com a vigilância das novas gerações deploravelmente dominadas pela solerte ação estrangeira.

A educação representa antes e acima de tudo uma questão de segurança nacional.

Além desse grave aspecto há que considerar que um povo sem as luzes do saber e sem acompanhar as conquistas da ciência e tecnologia está condenado à servidão, irremediavelmente aprisionado à indigência de um subdesenvolvimento insuperável. Aí estão as estatísticas oficiais do Ministério da Saúde a revelar que temos 40 milhões de seres humanos marginalizados, passando as mais sérias privações e morrendo de fome. Esta catástrofe acontece nas áreas desprovidas de escolas e de outros meios de educação.

Por sua vez, da massa estudantil que consegue concluir o primeiro grau ínfimo percentual consegue chegar ao segundo ciclo e uma minoria alcança os bancos universitários, hoje totalmente elitizados.

Famílias de média e pequena rendas não conseguem mais realizar o sonho de ver seus filhos diplomados num curso superior pelo exorbitante custo que esta façanha hoje representa. Um jovem do interior não consegue mais se manter nos centros universitários por menos de 500 mil cruzeiros mensais. E dadas as dificuldades de emprego terá de se sujeitar a empregos de baixa remuneração e até mesmo compatível com seu status para custear seus estudos.

Também os professores são profundamente atingidos pela crise conjuntural e pela deformação estrutural que abala o

magistério e se vêem obrigados a desempenhar atividades paralelas que, inevitavelmente, comprometem a eficiência pedagógica.

Diante de tão brutal desafio não pode a "Nova República" omitir-se. Impõe-se que maciços investimentos sejam carregados para a educação e que o titular do MEC seja um homem público imbuído do mais alto valor patriótico e que a sociedade civil, agora participando efetivamente dos destinos da Nação de que havia sido afastada, preste decisiva contribuição a fim de que o Brasil se salve pela única saída: a educação de seus filhos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A vida vai tecendo laços, quase impossíveis de romper e o que amamos são pedaços vivos do nosso próprio ser.

Assim nos ensinava o grande poeta Drumond e na realidade, o que resta dentro de nós ou que fica em cada um de nós são os pedaços que vivemos a cada momento da nossa existência.

Ocupo esta tribuna, hoje, para agradecer aos Deputados estaduais que se solidarizaram com a candidatura Alencar Furtado, para a presidência da Câmara dos Deputados.

O Paraná, através da sua Assembléia Legislativa, mostrou que se posiciona a favor do Paraná, foi deste Parlamento, o único ponto que realmente Alencar Furtado teve de apoio no Paraná, enfrentando o Presidente eleito que havia prometido não intervir e interveio, enfrentando os Governadores do PMDB e enfrentando até Deputados do PMDB do Paraná e dessernindo ao Paraná servir a São Paulo e no entanto a postura dos Deputados Federais do PDS do Paraná, é bom que fique registrado, não houve sequer uma dissensão, todos por unanimidade votaram em Alencar Furtado, para a Presidência da Câmara dos Deputados e cinco companheiros, Hélio Duque no meu entender, traidor. Moletta também traidor, Bernardi outro que se alinha entre os traidores.

Dos cinco Deputados, falha-me a memória o nome dos outros dois, que divulgarei oportunamente e se errado estiver, eles que desmintam, mas é bom que fique registrado, que esta Assembléia e este Parlamento, não silenciou, não se calou, hipotecou solidariedade e junto com seus colegas, que fizeram campanha para Federal, solicitaram a eles que homologassem o nome de Alencar Furtado e digo com orgulho e com prazer, que dos 20 Deputados do PMDB, apenas 15 votaram em Alencar e o PDS foi unânime no apoio.

Registro até porque, se mais seis votos ele obtivesse, iria para o segundo pleito e haveria aí então a derrocada do pacifismo dentro do PMDB no Brasil, infelizmente dos mais seis votos que Alencar precisava, cinco que lhe negaram eram do Paraná.

Meu obrigado a todos os companheiros nessa luta tão difícil do meu irmão, mas ao mesmo tempo gratificante, porque deixa o exemplo de que, no Paraná, existem homens que pensam no seu Estado, mesmo que São Paulo pretenda continuar sendo o dono do Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Compareço no dia de hoje à tribuna, com o desejo de estranhar notícia veiculada na imprensa paranaense, distribuída por alguns dos Srs. Deputados do PMDB, com relação aos municípios de Área de Segurança Nacional.

Reunião convocada por alguns Deputados que representam os municípios de Área de Segurança Nacional, no Sudoeste Paranaense, quando a maioria entendeu encaminhar documento a Sua Excelência o Governador José Richa, para que o mesmo intermediasse junto ao futuro Presidente da República, Tancredo Neves. Quando apelam os Srs. Deputados, os presentes, que se muda, urgente, os Prefeitos da Área de Segurança Nacional, para que se nomeie Prefeitos com mandato tampão, até a realização das eleições que culminam com o desejo da comunidade da Área de Fronteira Nacional, assinado Decreto por Sua Excelência o Presidente João Figueiredo, dando mais um passo na sua promessa da redemocratização do nosso País. O que há de estranhar é que os Srs. Deputados peemedebistas, os democratas de palanque, os bombeadores de biônicos de hoje, desejam nomear alguns biônicos, para comandar em mandato tampão, dizendo em sua justificativa única, pálida e fria, que os Prefeitos atuais poderão usar da máquina administrativa para eleger os seus sucessores dentro do Partido do PDS.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e a máquina do Governo do Estado, está na mão de quem? Do PDS? Não. A máquina do Governo Federal, a partir de 15 de março, estará nas mãos de quem? Do PMDB. E que medo é esse? Que susto dos "calça-curta", de que apenas uma simples Prefeitura do interior, possa ter mais força que a máquina administrativa do Governo do Estado e do Governo Federal.

Isto significa a tentativa dos Srs. Parlamentares que realizaram a reunião, acontecida há dias atrás, o medo, o temor de ir às urnas, o medo e o temor de perder as eleições, quando o Governo do Estado não cumpriu até hoje com as promessas de palanque, na Área de Segurança Nacional. Quando em Foz do Iguaçu e nos demais municípios da Área de Segurança Nacional, o então candidato José Richa mentiu ao povo; tanto quanto os Deputados do PMDB que representam a Área de Segurança Nacional, que jamais aceitariam nomeação de quem quer que seja, para governar o município, até que fosse por apenas um dia. Não podemos entender como se mente, como se trai o povo, como se ilude a consciência do povo e a boa vontade que todos tiveram de ver a mudança no nosso Estado, por que não no País, porque esta alternância no Poder, é salutar a mudança para que se inove, para que os homens possam implantar idéias novas em nosso Estado e em nosso País, para implantar em nosso Estado e em nosso País o que todos nós desejamos, mas o que não pode acontecer é a enganação que os Srs. Deputados do PMDB e os representantes da Área de Segurança Nacional do PMDB desejam, para nomear não para que o povo, pelo voto livre possa escolher os Prefeitos dos nossos Municípios de Área de Segurança Nacional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, por que não se deixam os atuais Prefeitos, ou então que aqueles que desejam que renunciem aos seus cargos e os Presidentes das Câmaras Municipais, que eleitos foram, para que substituam os Prefeitos, onde não existe a figura do Vice-Prefeito, ou então por que não se espera o voto livre como se apregoava no passado, para as mudanças nas Áreas de Segurança Nacional?

Ne bem que, até eu estou gostando das mudanças, porque alguns que, no passado, usaram a todos nós para a permanência

ou para ingressarem nos postos em que estão, hoje nos traindo, abertamente, numa tentativa de uma sombra no Partido do PMDB, para continuarem em suas posições, nós não podemos defender figuras que trocam as suas próprias consciências por posições e que no passado nos iludiram com boa fé.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Gabriel Manoel. X

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Este pronunciamento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é estritamente particular, porque um amigo nosso, paranaense, homem lutador pelo Estado do Paraná e por sua gente foi miseravelmente traído! Traído quando ele poderia ser Presidente do Congresso Nacional, como dizia Jânio Quadros, talvez as forças ocultas, o aconchavo, fizeram com que Alencar Furtado fosse mais uma vez traído!

Quando de sua cassação, Ulisses Guimarães tinha muito mais pecados e Alencar Furtado pagou, e pagou caro, e neste episódio, falo particularmente, pagou mais uma vez por sua honestidade, Alencar Furtado tinha tudo para ser Presidente do Congresso, mas a traição do povo, do povo que não tem o calor na cara, não quero enumerar, foi, mais uma vez a vítima como Cristo foi a vítima de Herodes e dos fariseus e dos outros que quiseram sacrificá-lo.

Homem íntegro, nosso companheiro de bancada, nosso amigo particular, foi mais uma vez traído!

Por que não haveria de ser, se Tiradentes também foi traído, por que não haveria de ser, se quando da sua cassação o Sr. Ulysses Guimarães, dono do PMDB, tinha muito mais culpa e mais pecado?

Por causa de aconchavos políticos! Não quero comprometer o meu Partido, quero apenas, Sr. Presidente, usar da prerrogativa que me é outorgada por esta Assembléia para dizer que os que traíram Alencar, são uma plêiade de homens sem alma, homens traidores. Digo isso em meu nome particular e assumo a responsabilidade. Porque, conhecendo Alencar Furtado, um nortista paranaense que veio a esta terra, que veio a Paranavaí, que lutou por sua terra e por sua gente, foi mais uma vez traído. É a quarta traição que este homem leva. Quando ele tinha tudo de nós "malufistas", foi traído por seus próprios companheiros; foi traído pelos homens que querem continuar no poder; pelos "Ulysses Guimarães", pelos esclerosados que não querem o dinamismo em nossa Pátria, que não querem mudar.

Os homens que querem continuar na oligarquia; os homens que querem continuar a tapear o povo.

Sr. Presidente, quero consignar em ata o meu repúdio pela traição a Alencar Furtado, meu amigo particular.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Encerrado o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Com a palavra o Sr. Deputado Edmar Luiz Costa.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"O povo brasileiro está estarelecido com os escândalos que têm ocorrido na área financeira. Os poucos recursos que o povo consegue economizar estão desaparecendo nas mãos de desonestos que atuam no campo financeiro de modo impune e, até

beneficiados pela dolosa omissão das autoridades financeiras.

Os lamentáveis e criminosos fatos que cercam o caso da "Coroa-Brastel" repetem-se, agora, nas intervenções procedidas pelo Banco Central nos bancos Sulbrasileiro e Habitasul. O povo é novamente roubado à luz do dia e os ladrões de colarinho continuam soltos.

Como muitos outros municípios, Ponta Grossa sofreu dois violentos golpes em sua economia. O estouro da "Coroa-Brastel" custou aos pontagrossenses na época um prejuízo de dois bilhões de cruzeiros. Centenas de pessoas viram suas economias desaparecerem de um dia para outro e até hoje estão à espera de medidas que o Governo Federal deveria ter tomado para proteger os cidadãos que acreditaram numa empresa que manteve suas portas abertas, graças aos organismos oficiais que deveriam fiscalizá-la.

A intervenção no Banco Sulbrasileiro determinou novo baque nos Campos Gerais. Mais de mil pessoas estão sofrendo um prejuízo que atinge aproximadamente vinte milhões de cruzeiros, aplicados a prazo fixo e nas operações de "open" e overnight".

O cidadão brasileiro é novamente espoliado por banqueiros desonestos e o crime é cometido graças a manifesta omissão das autoridades que têm a obrigação de fiscalizar permanentemente as organizações que atuam no mercado financeiro. O Banco Central deve ser responsabilizado e obrigado a ressarcir os prejuízos sofridos pelos clientes do Sulbrasileiro. Os que foram omissos ou coniventes devem ser processados penalmente.

Ao povo não basta que sejam processadas e condenadas as pessoas envolvidas, pertençam elas à iniciativa privada ou estejam encasteladas nos órgãos governamentais, coniventes ou omissas. É importante que todos sejam exemplarmente punidos, pouco interessando a graduação do cargo que ocupam ou tenham ocupado.

Além de punir os responsáveis por esses escândalos financeiros, o Governo tem também a obrigação de ressarcir integralmente os cidadãos, que somente fizeram aplicações nos estabelecimentos financeiros porque os mesmos mantinham suas portas abertas, exercendo uma atividade autorizada pelo Banco Central.

A responsabilidade do Governo Federal está muito bem acentuada em longo parecer de lavra do eminente jurista e ex-Senador Paulo Brossard. Acentuou com propriedade o líder gaúcho que "se a insolvência da instituição financeira decorresse de força maior, peste, guerra, terremoto, fenômenos alheios à vontade e superiores ao poder do Banco Central, nada se lhe poderia imputar em termos de responsabilidade". "Mas, - continua o ex-Senador - se a insolvência derivasse de má gestão caracterizada pela inobservância das regras básicas da boa técnica bancária, não se eximiria de responsabilidade o Banco Central."

No caso específico do Banco Sulbrasileiro, não apenas está caracterizada a má gestão praticada por seus diretores e executivos, como também estão nítidos os contornos de atos corruptos praticados, por ação ou omissão, de altos funcionários da República. O jornal "O Estado de São Paulo", em sua edição do dia 22 de fevereiro último, faz denúncia das mais graves. Segundo aquele jornal paulista, já em 1980 o ex-Presidente do Banco Central Carlos Langoni, autorizara "seus assessores a iniciarem negociações visando a transferência do controle acionário do banco, sob pena de ter de se intervir para colocar um fim nas OPERAÇÕES IRREGULARES, das quais participavam

o presidente da instituição, Coronel Hélio Prates da Silveira, o vice-presidente José Antonio Carchedi, seu sócio Pedro Alberto Gonçalves Carlomagno e um diretor sediado no Rio, Lauro Figueiredo de Abranches, entre outros”.

O escândalo, nobres Deputados, não para por aí.

Eis mais alguns fatos narrados no jornal “O Estado de São Paulo”, na mesma edição: “Logo depois de receber um relatório com fartos detalhes sobre o que estava acontecendo, Langoni não só autorizou as negociações como enviou a Porto Alegre o seu diretor da área bancária, que manteve uma demorada reunião na sede regional do Banco Central. Depois desse encontro, segundo as fontes, o diretor manifestou-se “apavorado” com o que estava acontecendo.

Alguns empresários, controladores dos Grupos Gerdau, Ipiranga, Varig e Guaspari, chegaram a ser consultados sobre a possibilidade de participarem de um pool que assumiria o Banco Sulbrasileiro e o esquema somente não evoluiu porque Langoni, ao transmitir as informações que possuía para outras autoridades da área econômica, teve de voltar atrás por pressões do Palácio do Planalto. Na época, um dos conselheiros do Sulbrasileiro — por apenas 15 dias ele não teve seus bens declarados indisponíveis — era o atual Ministro Jarbas Passarinho (cujo chefe de gabinete, Daniel Monteiro, foi presidente do Montepio da Família Militar), que transmitiu a informação recolhida em Brasília ao presidente da instituição, Hélio Prates da Silveira.

Este mobilizou-se rapidamente e chegou a procurar o Presidente da República, João Figueiredo, em busca de apoio para sua permanência no banco. Quem quase acabou sendo afastado foi o alto funcionário do Banco Central que liderava a operação de transferência do controle acionário.

As irregularidades, disseram as fontes do jornal “O Estado de São Paulo”, começaram com a posse de Hélio Prater da Silveira na presidência do banco, após o afastamento de Daniel Monteiro da presidência do Montepio da Família Militar. Carchedi e seu sócio Pedro Carlomagno tornaram-se os principais mentores das operações irregulares, com dois objetivos: o favorecimento próprio com desvio para dezenas de empresas às quais estavam ligados direta ou indiretamente, muitas delas frias, e a captação de recursos para o Montepio, através dessas empresas, como já detectou o Banco Central”.

A desonestidade, a incompetência dos diretores e executivos do Sulbrasileiro foram acobertados por pessoas diretamente ligadas ao Governo Federal. Os fatos são claros e incontestáveis. Se os homens ligados ao Governo fossem realmente sérios, atos de proteção aos clientes do Sulbrasileiro já deveriam ter sido adotados em 1980. Se energia e honestidade fossem as características dos dirigentes desta República, os pontagrossenses e os brasileiros não teriam sido escandalosamente lesados, Ponta Grossa, em vinte bilhões de cruzeiros e os brasileiros não estariam amargando um prejuízo que pode chegar a um trilhão de cruzeiros.

O povo deposita profundas esperanças no Governo, que será chefiado pelo Dr. Tancredo Neves. E duas atitudes são aguardadas, para que se restabeleça entre os cidadãos a confiança no Governo Federal e nas instituições financeiras: 1.º — apuração efetiva dos fatos, ainda que envolva Ministro ou Ministros, se os culpados, pertençam eles à iniciativa privada ou integrem órgãos governamentais; e 2.º — que os prejudicados sejam integralmente ressarcidos pelo Banco Central, pois ao povo não interessa apenas ver ladrões de colarinhos na cadeia, mas quer vê-los, mas também quer que os seus patrimônios

desfalcados pelas atitudes tomadas sejam totalmente restabelecidos pelo Governo Federal”.

Sr. Presidente, nobres Senhores Deputados: aproveito a oportunidade para manifestar a minha solidariedade ao Deputado Alencar Furtado, nesta batalha política que travou no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados tentando obter a Presidência daquela Casa.

Não há necessidade de se destacar as qualidades do homem público Alencar Furtado; da sua dedicação ao Partido que integra, e do qual participou desde a sua fundação. Evidentemente, não podemos negar também, as mesmas qualidades, o mesmo destemor de Ulysses Guimarães; mas, nós paranaenses respeitando Ulysses Guimarães estávamos todos, acredito, todos, movidos do espírito paranista que nos levava a apoiar Alencar Furtado.

Finalmente, Sr. Presidente, nobres Senhores Deputados, desejo destacar para que dos Anais desta Casa conste o resultado da última pesquisa, procedida pelo jornal “Folha de São Paulo”, e que foi divulgado ontem, a respeito dos Governadores eleitos no pleito de 1982.

Para nós, do Paraná, principalmente para nós que integramos a Bancada do PMDB, é motivo de muita alegria vermos reconhecido a nível nacional, o esforço, a honestidade e o trabalho que vem desenvolvendo José Richa. Os dados são até de um certo modo, altamente compensadores para todos os paranaenses. O índice positivo de popularidade, de crença do povo no Governo do Paraná, de nada menos do que 56, 8. Enquanto que o segundo colocado, o Governo de Minas, exercido uma parte por Tancredo Neves, e outra parte por Hélio Garcia, vem em 2.º lugar, com apenas 21, 5 pontos.

Eu acredito que, o povo do Paraná está reconhecendo as mudanças que estão sendo procedidas em nosso Estado: um governo democrático, um governo participativo, que não está preocupado com obras mirabolantes, mas que pensa sobretudo, no povo do Estado do Paraná.

Parabéns ao Governador José Richa, mas, parabéns ao povo do Paraná, que soube escolher, e está sendo conduzido corretamente pelo seu Chefe do Poder Executivo.

Obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - A Mesa consulta a Liderança do PMDB se fará uso do horário.

O SR. ORLANDO PESSUTI - No Horário da Liderança do PMDB fará uso da palavra, por quinze minutos, o Senhor Deputado Mário Pereira.

O SR. MÁRIO PEREIRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho a esta tribuna para falar sobre a COPAVEL. Mas, antes, quero desejar à nova Mesa da Assembléia Legislativa, em especial ao seu Presidente Deputado Nilso Sguarezi, sucesso, na condução dos trabalhos durante esse biênio, e que possa, a Assembléia Legislativa, nesta Nova República, acompanhar as modificações, as mudanças que se pretendam, aconteçam no País.

No começo do ano, Senhores Deputados, Senhor Presidente, tentaram envolver-me com interesses, claramente, já, agora, possíveis de ser identificados com a Cooperativa Agropecuária de Cascavel. Cooperativa Agropecuária de Cascavel - a COPAVEL - que passa por sérias dificuldades financeiras; tinha um plano político, em 1982, aprovado em Assembléia Geral junto com seus associados, de apoiar dois candidatos do PDS e dois do PMDB a Deputado Federal e Estadual. Entendia a Cooperativa e seus associados que, se a economia do Paraná baseia-se principalmente na força da agricultura, era inconcebível que seus segmentos, dentro dos quais as cooperativas, não se empenhassem para que houvesse na Assembléia Legislativa e na Câmara Federal um fortalecimento desse fator importante da nossa economia.

Em função disso, resolveu apoiar quatro candidatos. Fez propaganda eleitoral e resolveu apoiar os candidatos, e aqui tenho uma propaganda da época: Haroldo Moletta para Deputado Federal e Otacílio Ribeiro da Silva para Estadual, pelo PMDB, e, Antônio Mazurek e Edgard Pimentel, para Deputados Federal e Estadual, pelo PDS.

Ora, eu não fui apoiado, na época, e, apesar de evidentemente, não ter gostado da Cooperativa ter entrado na política eleitoral e, principalmente, apoiando um outro candidato a Deputado Estadual - de Cascavel - pelo PMDB, o que dificultou, sobremaneira, minha eleição, reconheci que estava no caminho certo aquela Cooperativa, porque, realmente, a importância da agricultura não é espelhada na nossa Assembléia, como nas Assembléias de outros Estados, pelos números de pronunciamentos que ocorrem a respeito deste setor da economia.

Não parava aí o plano político da COPAVEL. Após a eleição eu consegui superar o meu desagrado e coloquei-me à disposição da COPAVEL, que queria continuar colocando em execução o seu plano político que era, além de ter apoiado na eleição esses candidatos, dar assessoria em assuntos de agricultura e cooperativismo aos seus Deputados. Assim fez. Mas, ocorre que com suas dificuldades financeiras, acabaram tentando denegrir a imagem e a do Deputado Edgard Pimentel, querendo fazer com que parecesse à opinião pública, que os cinquenta e cinco bilhões de cruzeiros de dívida daquela Cooperativa, era em função de gastos que poderia ter tido a Cooperativa com os Deputados por ela apoiados.

Neste aspecto, posso identificar agora, claramente, e identificado pelas lideranças políticas de Cascavel, também, o interesse rasteiro, mesquinho daqueles que só conseguem subir, sobre os escombros dos outros, tentando abrir espaço, não com méritos próprios, mas, tentando macular a honra e a dignidade dos que, em cargos públicos, procuram trabalhar em prol da comunidade.

Foram, felizmente, em tempo, desmascarados. Eu, particularmente, imediatamente, exigi, da Diretoria anterior - que já deposta, esclarecimentos por escrito definindo perfeitamente qual é a situação - e tenho aqui publicado pela "Folha de Londrina" no dia 1.º de fevereiro. A Diretoria que derrubou aquela que deu o esclarecimento, foi por mim interpelada, tendo a ela feito as seguintes perguntas: se a COPAVEL realizou em qualquer época algum

tipo de pagamento ao Deputado Mário Pereira ou a qualquer de seus familiares? Se existe em poder da Cooperativa qualquer recibo de pagamento feito ao referido Deputado? Se a COPAVEL remete em qualquer época ordens de pagamento em favor do Deputado Mário Pereira? Se a COPAVEL remunerou ao Deputado ou a qualquer de seus familiares por trabalhos ou pronunciamentos que tenham realizado em favor da Cooperativa? Se a COPAVEL realizou qualquer espécie de ressarcimento ao Deputado Mário Pereira, seja a título de ajuda de custo, subsídios, ou qualquer título que se dê a supostos pagamentos mesmo sob o pretexto de despesas de viagem?

E veio o esclarecimento que a Cooperativa de Cascavel esclarece à comunidade, em todas as camadas sociais, bem como ao Estado do Paraná, diante da conotação política que jamais prestou ou efetuou qualquer remuneração ao Deputado, seja ela título direto ou indireto.

Diante mesmo da própria honradez do Deputado tal atenciosamente, assinou o atual Presidente e Secretário da Cooperativa.

O Sr. Aníbal Khury - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. MÁRIO PEREIRA - Em seguida, Senhor Deputado.

O Sr. Tércio Albuquerque - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. MÁRIO PEREIRA - Em seguida, Deputado Tércio Albuquerque.

Dei, portanto, consequências às palavras que havia dito, porque se houvesse algum indício de envolvimento, eu renunciaria ao mandato porque acho que político manchado na sua honra, na sua dignidade, não pode representar o povo de Cascavel.

Recebi de todos os Vereadores de Cascavel, menos um que estava viajando, nota de repúdio às pessoas que tentaram envolver-me após - e só aceitei isso após os esclarecimentos das duas diretorias por escrito.

É a respeito de assessoria também levantadas algumas vezes, levantando-se que seria em termos de pagamentos indiretos, e eu tenho uma certidão da Assembléia Legislativa que, desde a data de criação de um cargo CLT, auxiliar de serviço externo, está vago desde a sua criação ocorrida em 30 de dezembro de 83. Portanto, nem assessoria para mim, estrutura de gabinete, eu precisava.

Dou como encerrado o episódio porque lá na região, em Cascavel, está perfeitamente esclarecido, e eu continuo envolvido com a COPAVEL, agora já com a nova Diretoria, como na anterior, buscando saída para a difícil situação que se encontra aquela Cooperativa e que irá, caso não sejam tomadas medidas urgentes, refletir-se em todo o sistema cooperativista do Paraná. Da forma que me isentou a Cooperativa, isentou também o Deputado Edgard Pimentel, do PDS.

Quero, antes de prosseguir, ceder um aparte ao Deputado Tércio Albuquerque. Bom, continuo por ter-se retirado o Deputado Tércio. Ao Deputado Aníbal Khury um aparte.



O Sr. Anibal Khury - Deputado Mário Pereira,

tão logo apareceram nos jornais as primeiras notícias e respeito de Vossa Excelência e do Deputado Edgard Pimentel, eu enderecei a Vossa Excelência um telegrama de solidariedade, de demonstração de confiança na idoneidade de Vossa Excelência, principalmente porque nós conhecemos durante esses dois anos como um Deputado íntegro, honesto, capaz, trabalhador e, sobretudo, aquele Deputado honrado e digno que nós aprendemos a respeitar.

Quero, nesta oportunidade, reafirmar a minha solidariedade a Vossa Excelência e dizendo que este tipo de calúnia não pega principalmente na personalidade de Vossa Excelência. Vossa Excelência está falando, dando uma explicação à Assembléia, mas pode ficar certo que não era necessário porque eu tenho certeza que Vossa Excelência e o Deputado Edgard Pimentel saíram engrandecidos desse episódio.

O SR. MÁRIO PEREIRA - Eu agradeço ao Deputado

Anibal Khury e confirmo realmente que nos momentos mais difíceis que atravesssei, pois, eu não aceitei antes dos esclarecimentos formais, por escrito, da Cooperativa, a solidariedade nem do meu partido, nem dos vereadores. Que primeiro se expressasse a Diretoria, para após então, se quisesse solidarizar comigo eu aceitava. Quero confirmar que recebi, que me confortou o telegrama de Vossa Excelência, nobre Deputado Anibal Khury e Deputado Edgard Pimentel.

Quero continuar dizendo que assim como superei aquela fase inicial do programa político da COPAVEL e coloquei-me à disposição; esta diretoria atual que trabalhou no sentido de depor aquela com quem "eu estaria envolvido", eu também superei este episódio e coloquei-me à disposição da atual comissão provisória. Assim é que segunda-feira estivemos como Governador do Estado, com a comissão do Estado, com a comissão provisória. Estivemos na sexta-feira, quando a comissão provisória teve que se dirigir a Cascavel para a eleição que houve no sábado, lá. Estive toda a manhã de sexta-feira com o Secretário das Finanças, Doutor João Elísio Ferraz de Campos e lá, juntamente

com a OCEPAR, com os técnicos do Banco do Estado do Paraná, do BADEP e do BRDE, estudamos uma saída para a COPAVEL. Não uma saída num sentido do Governo amparar, com recursos, a COPAVEL, para que ela possa fazer frente às dívidas, pois estas já se elevam à casa dos 60 bilhões de cruzeiros. Mas a COPAVEL, a única possibilidade de se recuperar, é comercializar a safra. E, para comercializar a safra, o Secretário João Elísio está tentando fazer uma operação, um "pool" de bancos, e já entrou em contato com o Banco Lar Brasileiro, que é o maior credor da COPAVEL, com o Banco Nacional, com o Banco Iochpe, e junto com os bancos estaduais, fazer um "pool" de bancos, e conseguir 15 bilhões de cruzeiros. Estamos tentando. Não para pagamento de dívidas, nem de insumos, nem de atrasos, nem de pessoal e sim uma operação via Banco do Estado, com garantia de retorno destes recursos a estes bancos, para poder se comercializar a safra. Porque em se comercializando

a safra, tem a COPAVEL possibilidade de uma gestão correta e inteligente, auferir lucros na comercialização, que possam minorar a sua grave situação.

Quero dizer aos Deputados do Paraná que sábado os agricultores da COPAVEL deram uma demonstração de união, de unidade, de força de vontade, de espírito inquebrantável de confiança na sua própria capacidade de recuperação porque aprovaram, por unanimidade, a doação ou empréstimo de dois sacos de soja por hectare, ou três sacos de milho por hectare plantado que poderá, em curto prazo de tempo, durante a safra, desde que consigamos realizar com este "pool" de bancos, este aporte financeiro à COPAVEL, este empréstimo será da ordem de trezentos mil sacas de soja que facilmente, pode-se fazer a conta multiplicando por quarenta e dois mil cruzeiros o preço do mercado hoje da soja, o preço mínimo pois o preço de mercado está abaixo do preço mínimo, capitalizar à COPAVEL, em curto prazo de tempo, em mais de dez bilhões de cruzeiros.

Recebendo estes dez bilhões, podendo conseguir mais dez bilhões na comercialização, portanto com vinte bilhões um terço da dívida, terá fôlego para colocar à venda a COPERSABADI, que foi incorporada pela COPAVEL aos municípios do Sudoeste e que correspondeu, neste bolo dos sessenta bilhões, o prejuízo auferido pela COPAVEL ao absorver a COPERSABADI, em dinheiro de hoje, dezesseis bilhões de cruzeiros. Vai tentar vender esta COPERSABADI e também tentará colocar à venda o Parque Industrial da COPAVEL que possui, dentre uma série de indústrias, uma moderníssima instalação de extração de óleo de grãos de soja e outros.

Portanto, está tomando forma a saída da COPAVEL, que tem nove mil associados, mil e duzentos funcionários e que sua liquidação daria um imenso prejuízo aos seus associados, pois ela obteve um prejuízo em 84, de vinte e nove bilhões de cruzeiros, com mais doze bilhões de INCRs que teriam que ser respondidas diretamente pelos agricultores e além de tudo, criando um problema social, um enfraquecimento da agricultura e deixando sem emprego mil e duzentos funcionários com emprego direto da Cooperativa.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Consulto à Liderança do PMDB se deseja utilizar o seu horário.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Pelo restante do horário, falará o Deputado Mário Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Por mais quinze minutos o Deputado Mário Pereira.

O SR. MÁRIO PEREIRA - Eu agradeço ao Deputado Orlando Pessuti, que responde pela Liderança do PMDB.

Continuando, Senhor Presidente, Senhores Deputados, está, portanto, tomando forma a saída para a COPAVEL e eu quero então novamente congratular-me com o Governador José Richa e com o Secretário João Elísio Ferraz de Campos, que está realmente comandando esta operação; não se comprometeu o Governo do Estado a resolver, porque há certos impedimentos em



função de normas do Banco Central, para que o Banco do Estado possa de pronto dizer que vai atender. Isto não é possível, este comprometimento em função destas normas do Banco Central, mas há a tentativa de se sentar à mesa, após o retorno dos técnicos que hoje estão em Cascavel, do BRDE, BANESTADO e BADEP, sentarem-se à mesa todos os bancos credores, mais os bancos oficiais e buscar uma saída que seja realmente uma saída e não se transforme num escândalo tipo Central-Sul e é o que nós de Cascavel esperamos e que é o que o Governo está demonstrando querer.

Eu concedo o aparte ao Deputado Edgard Pimentel.

**O Sr. Edgard Pimentel** - Nobre Deputado Mário Pereira. Vossa Excelência foi muito feliz em trazer, para uma abordagem esse tema: a que diz respeito não só a Cascavel, mas a região Oeste, Sudoeste do Estado, enfim ao Estado do Paraná como um todo, porque todos nós não queremos, não desejamos que a Cooperativa de Cascavel, a COPAVEL, mergulhe numa situação de insolvência, mergulhe numa situação de liquidação, diante dos graves problemas sociais que isso traria para toda sociedade paranaense.

Vossa Excelência foi feliz também, ao abordar as manobras praticadas com espírito de manchar a honradez, a dignidade de homens, que ao longo de tantos anos, estão debruçados sobre os problemas que envolvem a cooperativa e que envolvem a agricultura da região e nós nos incluímos, nobre Deputado, como homens que sempre estiveram voltados para os interesses maiores da agricultura e da agropecuária do Paraná.

Todos sabemos, Deputado Mário Pereira, do empenho de Vossa Excelência, junto aos órgãos governamentais para contornar situações e trazer soluções para o cooperativismo da nossa região, só que é lamentável que por traz de tanto esforço, de esforço sempre pautado com espírito público qualificado, haja manobras de interesses políticos, que em cima de "picuinhas", de interesses menores, nanicos, quiseram envolver tanto a integridade moral de Vossa Excelência, quanto a minha.

Nobre Deputado, acredito que em todas as Assembléias em que estivemos presentes, nós estivemos sempre de cabeça erguida e a demonstração maior, creio eu, foi esta, na última assembléia celebrada agora, no último sábado, nas dependências da COPAVEL, quando os associados pediram para que Vossa Excelência e eu, fizéssomos parte da comissão que irá junto aos órgãos do governo, junto aos credores da Cooperativa buscar uma renegociação dos compromissos assumidos por aquela Cooperativa e nós, de pronto, aceitamos, porque queremos agora, mais do que nunca, auxiliar a diretoria que elegemos, que tem no Doutor Salazar Barreiros, o Presidente.

Queremos, com esses homens da melhor qualificação, buscar, somar, para que realmente efetivamente, concretamente, nós encontrarmos a solução para que a COPAVEL continue o seu trabalho, continue a sua ação em favor da agropecuária paranaense.

**O Sr. MÁRIO PEREIRA** - Eu agradeço o aparte, nobre Deputado Edgard Pimentel. E concedo o aparte ao Deputado Caíto Quintana.

**O Sr. Caíto Quintana** - Deputado Mário Pereira, ouço com atenção o seu pronunciamento, a sua preocupação, em esclarecer nesta Casa, os fatos que envolveram o nome de Parlamentares ilustres, na área estadual e na área federal.

Quero testemunhar aqui, Deputado Mário Pereira, por ter atuação política numa região muito próxima a sua, de que conheço, a forma de atuação de todos os políticos com mandato, que participaram do pleito de 82; testemunhar de Vossa Excelência inclusive, de que na oportunidade, Vossa Excelência sequer fazia parte do apoio da COPAVEL. Testemunhar aqui a integridade moral de Vossa Excelência e do Deputado Edgard Pimentel, homens que só orgulham este Parlamento e orgulham o Oeste do Paraná, pela sua representação. Homens que têm dedicado tempo, e trabalho público, em favor de uma Cooperativa que por motivos que não nos cabe analisar aqui encontra-se numa situação difícil, mas que expõe também a uma dificuldade, os seus cooperativados, que são os agricultores de toda a nossa região. A COPAVEL tem, inclusive, área de influência no Sudoeste, pela aquisição da SABADIN, nos Municípios de Barracão, Santo Antônio e Dionísio Cerqueira.

Por isso mesmo, Senhor Deputado Mário Pereira, tenho a maior isenção em dizer que Vossa Excelência, na verdade está imune a este incidente, como o Deputado Edgard Pimentel também. E valorizo, reconheço e acredito, que seja missão de todos nós, que temos o reconhecimento da parcela de cooperativados da COPAVEL, de darmos, inclusive, o máximo de nosso empenho, para solucionar esse problema crucial dessa Cooperativa que poderia incrementar violentamente desemprego na nossa região, a falta de estímulo ao nosso produtor e a conseqüente perda dos nossos trabalhadores e produtor rural.

Desejo que deseje episódio, Vossa Excelência como também o Deputado Edgard Pimentel saiam fortalecidos perante a opinião pública, contra as tramas que se fazem para macular o nome dos homens que pela postura que têm, passam cada dia a granear maior respeito da população. Aqui nesta Casa, tenho certeza, Vossas Excelências continuarão merecendo o nosso apreço, pela dignidade, pela honradez e pelo trabalho que além de valorizar o Oeste do Paraná, valoriza esta Assembléia e também o nome de todos os políticos.

Reconheço profundamente a sua preocupação, quero me solidarizar com Vossa Excelência porque o homem que expõe o seu nome, à vida pública, fica sujeito a artimanhas mesquinhas, que tentam maculá-lo para tirar proveito, em situações futuras. Vossa Excelência e o Paraná haverão de responder pela dignidade do mandato que tem exercido.

**O SR. MÁRIO PEREIRA** - Eu agradeço o aparte do nobre Deputado Caíto Quintana. E digo ao Deputado que a acusação que parava,

que pesava sobre o Deputado Edgard Pimentel e sobre mim, era de que recebíamos uma ajuda de custo mensal de duzentos mil cruzeiros. Se fosse um cruzeiro, já não merecíamos mais, estar falando desta tribuna; e a acusação era de duzentos mil cruzeiros. Felizmente, graças a Deus, esclarecido.

Mas, Deputado Caio Quintana e o Deputado Edgard Pimentel é prova disto, juntaram-se companheiros, entre aspas, meus companheiros e entre aspas do Deputado Edgard Pimentel, para juntos, em uma aliança espúria, tentar nos desmoralizar.

Mas deste episódio todo, Deputado Caio Quintana, eu tirei uma grande lição: não devemos temer os mediócras; porque os mediócras, nestas oportunidades se juntam, se somam pensando que a mediocridade unida resulta em sabedoria. E eu conclui, Senhor Presidente e nobres Senhores Deputados, que na mediocridade, quando se unem dois mediócras somados, não é um sábio e, sim um medíocre ao quadrado.

Mais mediócras ficaram unidos, ficaram rastejando, esperando que dos escombros, repito, pudessem eles levantar, mas ficam na sua posição de mediocridade muitas pessoas já denunciadas em Cascavel e que não tiveram a coragem de voltar para a réplica, porque, depois de denunciadas, se recolheram ao seu natural abrigo sob o manto da mediocridade.

O Sr. Tércio Albuquerque - Vossa Excelência me permite um aparte?  
(Assentimento).

Meu caro Deputado Mário Pereira, quando a COPAVEL decidiu nas eleições passadas, apoiar quatro candidatos de então, Deputados Estadual e Federal, eu e Vossa Excelência ficamos fora do apoio da Cooperativa, tivemos dificuldades, Vossa Excelência na sua eleição e eu na minha.

Entretanto, Vossa Excelência conseguiu um rápido espaço de tempo participar da COPAVEL no que se diz ser um dos representantes dela a nível de Estado juntamente com o Deputado Edgard Pimentel. Eu nem isso consegui, porque sempre procurei ajudar a agricultura da minha região, mas entendi que Cooperativa e do povo, não tem dono. Portanto, a diretoria passada e nem a atual recém-empossada têm o direito de escolher Deputados para representá-la. No que tange à denúncia, vamos dizer assim, tráfico de influência, corrupção, eu jamais acreditei que Vossa Excelência tivesse coragem de participar disso, bem como os demais Senhores Deputados.

A bravura de Vossa Excelência, do Deputado Edgard Pimentel, do Deputado Antônio Mazureck de enfrentar uma reunião da Cooperativa, já diz que Vossas Excelências estavam ajudando independentemente dos conchavos escusos para denegrirem tanto Vossa Excelência como os demais. E eu deixo um pouco em dúvida: o Deputado Moletta que até hoje não veio a público dar suas explicações. Agora, tem a Vossa Excelência a certeza de que eu fui um dos maiores defensores de Vossa Excelência, do Deputado Edgard Pimentel, do Deputado Antônio Mazureck, porque os conheço, tanto como colegas de Assembléia, como de adversários políticos, corretos, independente

de que jamais passariam a terem em seus gabinetes assessores, ou receberem mensalmente continhas às escusas que vem do povo que é cooperado, que desejam cada vez mais fazer com que as cooperativas sejam fortes.

Portanto, Vossa Excelência não precisava ir à tribuna dar as suas explicações, porque o Paraná o conhece e muito bem e mais ainda Cascavel é a Região Oeste. Que nem Vossa Excelência, nem o Deputado Edgard Pimentel e nem o Deputado Antônio Mazureck passariam a fazer conchavos com os supostos homens interesseiros pelo desenvolvimento do cooperativismo em nosso País.

Meus parabéns a Vossa Excelência. Entretanto, eu voltaria a dizer que não era necessário sua presença na tribuna, porque eu já recebi recortes de jornais enviados pelo seu gabinete e já fiz pesquisa com alguns amigos meus que pertencem à COPAVEL e me dizem o contrário do que as notícias que fizeram com que o povo levasse uma concepção diferente de vocês três Senhores Deputados. Agora, um deixo em dúvida porque não ouvi suas explicações. Não que eu queira dizer que ele participou dessa "caixinha escusa", dessa safadeza que nem a CIRETRAN de Foz do Iguaçu.

O SR. MÁRIO PEREIRA - Eu agradeço, Deputado

Tércio Albuquerque, mas digo que vim à tribuna pela consideração e respeito que tenho com a Casa e que não poderia um de seus membros estar sendo acusado, como fomos, sem dar explicações, na primeira oportunidade que se me apresentasse na tribuna da Assembléia.

Concedo aparte ao Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Deputado Mário

Pereira, a vida pública o exercício da função política nos apresenta uma série de oportunidades gratificantes: a oportunidade de construir, de edificar, de realizar; e, algumas outras oportunidades, tristes oportunidades, onde adversários políticos, às vezes gratuitos, procuram denegrir aquilo que o político deve ter como bem maior da sua vida: a honorabilidade pessoal.

Eu pessoalmente, que na oposição tenho sido, às vezes acre, às vezes sem temor e sem medo, com relação aos poderosos do dia, sempre procurei em toda a minha não brilhante vida pública, preservar a honorabilidade pessoal de meus adversários.

E, na condição de Líder da Oposição, desejo deixar registrado não para Vossa Excelência, não apenas para a população de hoje, mas, sobretudo gravado "ad perpetuum rei in memoriam" nos Anais desta Casa, a convicção a que tenho da honorabilidade pessoal do eminente Deputado Edgard Pimentel e de Vossa Excelência.

Faço isso, não como um dever de elegância parlamentar, mas, sobre tudo, porque fico bem com a minha consciência ao dizer ao povo do Paraná e às futuras gerações que, nesta Casa estão homens de bens que, a par das divergências político-partidárias ou pessoais que tenhamos, há, entre nós a convicção de que os políticos, preservando a honorabilidade pessoal de seus adversários, estão, na verdade, a prestar serviços à democracia

que queremos, que almejamos, e que se Deus quiser, haveremos de vê-la implantada totalmente no nosso País.

Portanto, receba as minhas palavras não como uma homenagem a Vossa Excelência não como um reconhecimento ao brilhante Deputado Edgard Pimentel, mas, sobretudo como ato de justiça de um adversário político.

O SR. MÁRIO PEREIRA - Agradeço ao nobre Líder

Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira, de brilhante carreira política, e que eu, antes de ser Deputado, já havia aprendido a admirar.

Feito o esclarecimento, Senhor Presidente e Senhores Deputados, agradeço as manifestações recebidas dos Senhores Deputados, também da minha bancada, por escrito, e sinto ter cumprido a obrigação de trazer toda essa documentação para que ficasse sepultado, como sepultado está, lá na minha região, este triste episódio em que eu vi os médiocres que rastejam lá naquela nossa região, buscar amparo um no outro, tentando denegrir a honra de Deputados, para, quem sabe, dessa forma conseguir o espaço político que não tem conseguido, por falta da competência própria deles mesmos. Era isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Antes de conceder a palavra à Liderança do PDS,

esta Presidência, invocando o disposto no inciso 28 do Regimento Interno, artigo 25, quer se solidarizar com os dois nobres Deputados, Mário Pereira e Edgard Pimentel, cuja atuação nesta Casa só tem dignificado este Parlamento, e mereceram por parte das manifestações do Plenário e das Lideranças, e é dever desta Presidência, de público, também se solidarizar com Suas Excelências.

Concedo a palavra ao Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Senhores Deputados.

Desejo juntar a minha voz à voz de tantos ilustres Parlamentares que manifestaram a sua decepção com o resultado da eleição na Câmara Federal do País.

Há entre nós, paranaenses de todos os sangues, brasileiro de tantas regiões, irmãos que desceram do Norte, homens que subiram do Sul, e que marcaram nesta terra o ponto de encontro para executar uma sociedade mais justa, mais feliz e mais progressista.

Todos nós, políticos de tendências diversas, temos um compromisso maior, o compromisso com o nosso Estado. O paranimismo tão discutido e às vezes tão criticado por aqueles que não compreendem que esta é a terra de todas as gentes e que este é o local onde Deus é saudoso em todas as línguas.

Em nome deste sentimento é que se manifestam as mais diversas correntes políticas à procura da representatividade estadual no cenário federal.

Quando o Paraná pede cargos, o Paraná pede como quem pede exigindo, e não pede ajoelhado, como diria Vieira: pois que quem exige justiça, exige-a de forma altaneira, sem prostrar

os joelhos no chão.

O Paraná inteiro deseja participação nos altos conselhos na Nação, para que possamos mostrar a fibra e o valor dos brasileiros do nosso Estado. Em assim sendo, assim pensando, e assim defendendo ao longo de toda a nossa vida pública, os eminentes Deputados Tércio Albuquerque, Antônio Belinatti e eu, em nome de toda a Bancada do PDS, tivemos a oportunidade de transmitir telex ao Líder de nossa Bancada, ilustre Deputado Nelson Marchesan, a todos os Deputados Federais da Bancada de nosso Partido, apelando para um brasileiro do Paraná pudesse presidir a Câmara Federal neste instante dramático da vida política nacional. E disse-me neste telex, no momento em que a população paranaense e suas lideranças, se mobilizam na justa reivindicação de maior representatividade política ao nosso Estado desejamos manifestar ao ilustre Deputado José de Alencar Furtado a nossa total solidariedade à sua candidatura à Presidência da Câmara dos Deputados. Quer em termos do que ela expressa, em termos de reconhecimento à importância do Paraná no cenário político nacional, como sobretudo, pelos altos méritos de Sua Excelência, como um dos mais brilhantes e experimentados políticos do País. Os nossos votos são de êxito completo na sua postulação. Perdeu Alencar Furtado a batalha que não devia ser dele, mas que deveria envolver os sentimentos de paranimismo de todos os políticos.

Mas passa à História, como um homem de valor, de fibra em sua postulação democrática, em favor do Paraná.

Concedo o aparte ao eminente Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Manoel Gabriel - Vossa Excelência me conforta, porque vejo em Vossa Excelência o espírito da justiça, o espírito de justiça ao ao homem que foi, que é e que será uma das histórias brilhantes, uma das páginas que o Paraná há de rememorar, que a posteridade há de rememorar.

Alencar Furtado seria sem conchavos políticos, o natural Presidente do Congresso, mas quis assim, quiseram assim, os diversos reis, quiseram assim, Deputado Líder, Luiz Alberto, que mais uma vez, o Paraná fosse aliado do cenário político nacional. Mas diz um provérbio árabe "Enquanto os cães ladram, a caravana passa". Alencar há de passar por essas armaduras, mas não passará pela memória dos futuros políticos; da juventude do Paraná. Tive um gesto de temeridade de fazer o meu pronunciamento, que do meu interior era de justiça, agora eu vejo, endossado por Vossa Excelência. Eu agradeço ao meu Líder, agradeço a Vossa Excelência, porque sem cor partidária, faz justiça a um homem que está lutando, que lutou pelo Paraná, um homem íntegro, que um único defeito que tem Alencar Furtado é ser honesto, o único defeito é ser nordestino paranimista, um homem que não se entrega a conchavos políticos. E ninguém está livre da traição, porque não foi a primeira traição, como dissera, do meu pálido pronunciamento, Deputado Luiz Alberto, que Alencar Furtado levou, mas, Deus em sua infinita misericórdia e bondade, há de fazer justiça, e haveremos de ver

neste Brasil e neste Paraná, que a sua voz, a voz dos paranaenses autênticos, que não barganham, há de ser ouvida, e não há de ser um clamor no deserto.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Agradeço

o aparte de Vossa Excelência, Deputado Gabriel Manoel, e manifesto ao Plenário e ao Paraná, a estranheza de que o Governador José Richa não tenha se empenhado com destemor, em favor de um brasileiro do Paraná, no mais alto cargo político da Nação, como se empenhou e se empenha para conseguir carguinhos de 2.º ou 3.º valor, na escala do Governo Federal. É lamentável que o Paraná não tenha sabido se unir. O Paraná da expressão política cultural, da expressão econômica, da expressão agrícola; que se vê mais uma vez por falta de liderança autêntica, a reboque, da velha e traiçoeira política do café com leite, onde parecem querer fazer do Paraná, a 5.ª Comarca, pois, que aqui não há Líder que possa, no momento mais sério da vida política nacional, deixar o fisiologismo a busca de cargos, em favor da mais alta representação política do nosso Estado.

Concedo aparte ao Deputado Osvaldo Alencar.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado - Ilustre Deputado Líder do PDS.

É com satisfação que o aparteio para dizer da nossa gratidão pelo posicionamento político, independente, assumido por Vossas Excelências quando desse episódio que aqui comentamos. Mas, também, para fazer justiça, já que havia quando estive na tribuna, declinado o nome de três Deputados que haviam votado contra o Paraná, eu desejava para fazer registro, nominar, que também o Deputado José Tavares - de Londrina, o Deputado Hélio Duque - de Londrina, o Deputado Santinho Furtado - da região de Londrina, o Deputado Renato Bernardi - de Maringá e o Deputado Moletta. Foram os cinco Deputados que,

realmente, traíram o Paraná e, por conseguinte, ~~deviam transferir~~ os seus títulos para São Paulo. Talvez, para ficar debaixo do cacequismo do Senhor Ulisses e poder defender melhor os interesses do Estado de São Paulo, já que os interesses do Paraná eles não pretendem assim proceder.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Lê):

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

"Novo critério foi adotado pelo Governador José Richa na formulação da Mensagem Anual à Assembléia Legislativa, e que relata a situação do Estado e presta contas das ações do Executivo, no ano de 1984, em cumprimento ao que estabelece o artigo 47 da constituição estadual.

Segundo as palavras do Governador nesta Assembléia, na instalação da Terceira Sessão Ordinária, da Décima Legislatura, Sua Excelência procurou eliminar naquele documento todas as informações redundantes, supérfluas, ou mesmo aquelas que, sendo importantes dentro das estruturas do Executivo, nenhum valor tivessem para a sociedade.

De um Governo paupérrimo em realizações para o progresso e desenvolvimento do Estado do Paraná e em favor do bem-estar social do seu povo, pelo menos já se pode dizer que alguma coisa foi

feita, e diga-se de antemão, que já era tempo dos burocratas do Executivo mudarem a linguagem nesse importante documento que, muitas vezes, nos últimos anos, escondendo a incapacidade de Secretários de Estado, era entulhado de baboseiras como o número de ofícios que Suas Excelências assinaram e das pessoas recebidas em seus luxuosos gabinetes para ouvir promessas que jamais foram cumpridas. Ao mudar esses padrões de informações, os escribas palacianos tornaram-se merecedores de nosso aplauso, o mesmo não acontecendo com o Governador que, embora tenha afirmado a sua determinação de relatar com fidelidade as ações administrativas, omitiu - ao longo que tudo indica, deliberadamente - fatos ocorridos na sua administração no ano passado, e que causaram prejuízos aos cofres públicos no montante de 10 bilhões e 400 milhões de cruzeiros, a custos de hoje.

Um assalto praticado por aqueles que se organizaram em quadrilha para investir contra o patrimônio dos paranaenses. E isso foi possível porque agentes do capitalismo de rapina estavam mancomunados com auxiliares diretos do Governador do Estado no âmbito da Secretaria das Finanças, na administração Erasmo Garanhão. O "escândalo dos dólares", que estremeceu a opinião pública do País, comprometeu enxoravelmente o Governo José Richa - o regime do PMDB - perante o povo paranaense e mesmo o brasileiro, eis que os envolvidos no recebimento de comissões indevidas no montante de dois milhões e seiscentos e quarenta e quatro mil dólares são grandes amigos do Governador José Richa, do mesmo grupo da administração do Governo do PMDB, que colaboraram na campanha eleitoral de Richa e do PMDB, conforme consta na folha 344, do relatório da comissão de Alto Nível, designada pelo próprio Richa para apurar o que se considera como o maior escândalo de toda a história administrativa do Paraná. Por "serem amigos de Richa", esses rapadores puderam levar das burras do Tesouro paranaense a fabulosa soma de 10 bilhões e 500 milhões de cruzeiros!

Vede Senhores Deputados como é negro o quadro dos tempos e costumes que estamos vivendo!

É imperativo recordar que no bojo do "escândalo dos dólares" vieram - o público outras mazelas do Governo de Richa, como adulteração de documentos públicos, sonegação fiscal e pagamento de serviços não prestados, que custaram aos cofres do Paraná a vultosa cifra de 194 milhões de cruzeiros, que somada aos 2 milhões 644 mil dólares pagos em comissões indevidas, ultrapassam a fabulosa soma dos 10 bilhões e 500 milhões de cruzeiros, a custo de hoje. Além disso, veio, também, à tona, a corrupção nas atuais administrações da Secretaria da Educação - no âmbito da FUNDEPAR; na própria Governadoria, pois a COPEL passou a ser subordinada ao próprio Governador do Estado; no BRDE e no Serviço de Loteria que, conforme a Comissão de Alto Nível, em seu relatório na página 345, usaram de recolhimento de encargos sociais e imposto de renda na fonte para favorecer o Banco Mercantil de Descontos que fazia empréstimos a juros inferiores às taxas do mercado ao Secretário de Finanças, Erasmo

Curitiba, segunda, em 04/03/83

Garanhão. É para completar esse quadro negro da omissão, negligência, inexperiência, imprudência e até corrupção de que fala o Relatório da Comissão de Alto Nível presidida pelo professor Luiz Carlos Pereira Tourinho, as autorizações para os empréstimos em dólares que iriam propiciar o pagamento de comissões aos "amigos do Governador José Richa", aqueles que prestaram ajuda na campanha de Richa e do PMDB, eram dadas durante festanças promovidas pelo Secretário de Finanças regadas ao custoso "scotch", e às quais estava presente o Governador José Richa.

Na lição de Montesquieu, quando trata de como os regulamentos de polícia são de ordem diferente dos de outras leis civis, é ensinado que "há criminosos que o magistrado pune, há outros que corrige. Os primeiros são submetidos ao poder da lei, os outros à sua autoridade; aqueles são desligados da sociedade, a esses obriga-se que vivam de acordo com as regras da sociedade".

Assim sendo, Senhor Presidente e nobres Senhores Deputados, e porque cremos no primado da lei, propusemos Ação Popular contra a quadrilha que praticou atos ilegais e lesivos ao patrimônio público do Estado do Paraná, visto que os danos causados ao erário público não seriam possíveis de ser praticados por uma só pessoa, a não ser que tivesse a "chave da burra" e o dinheiro arrecadado (é bom lembrar: mais de 10 bilhões de cruzeiros), tosse "iu specie".

Toda a criminalidade do "White collar" foi comprovada no brilhante arrazoado dos ilustres advogados paranaenses professor René Dotti e Walter Borges Carneiro, que argumentaram que certamente não serão "arquivados" pelo Magistrado e pelo agente do Ministério Público, fatos repugnantes sob a ótica da moral administrativa. O peculato, a prevaricação e outros eventos criminais existentes no "escândalo dos dólares" foram caracterizados pelo pagamento ilegal de comissões de corretagens a amigos do Governador José Richa; pelo prejuízo ao erário público no montante, hoje, de 10 bilhões e 500 milhões de cruzeiros; pela falta de adoção de cautelas rotineiras do bom e fiel guardião da coisa pública; pelos depósitos no Banco Mercantil de Descontos dos encargos sociais e imposto de renda na fonte, preterindo o Banco do Estado do Paraná; pela manifestação falta de idoneidade dos titulares de firmas intermediárias nos empréstimos em dólares; pelo relacionamento suspeito entre o Secretário de Finanças e o gerente do Banco Mercantil de Descontos, enfim, por outras evidências que tanto comprometem a dignidade da função e vieram a revelar o corpo de delito de um dos maiores crimes patrimoniais da história do Paraná!

No dia 4 de fevereiro passado, o juiz de Direito Cyro Maurício Crema, de tudo quanto foi exposto, concluiu em sentença que não ocorreu nenhuma lesão aos cofres públicos. E segundo esse Juiz, não encontrou nenhuma lesividade ou ilegalidade nos atos praticados por Garanhão, julgando, dessa forma, improcedente a Ação Popular que propusemos juntamente com o Deputado Ailton Cordeiro.

Como o Poder Legislativo tem procurado

alargar a área de discussão — do assunto, a fim de possibilitar o conhecimento público do maior escândalo já ocorrido na administração paranaense, não posso deixar passar em silêncio o aqodamento com que se houve o juiz Cyro Maurício Crema no julgamento dessa Ação Popular, inclusive exorbitando, ao pretender atribuir má-fé a quem bate às portas da Justiça para defender o Tesouro Público do Paraná, vítima do "rapa" da fantástica soma de 10 bilhões e 500 milhões de cruzeiros levados pela quadrilha do "White collar".

Como é possível silenciar diante dessa corrupção inaudita que está a gangrenar a sociedade e a dilapidar o tesouro? Só quem age de má-fé é que pode silenciar diante de tudo isso! Por isso, repilo, veementemente, as palavras do juiz Cyro Maurício Crema dirigidas a mim e ao Deputado Ailton Cordeiro, porque elas não engrandecem os juizes do Paraná, os juizes de nossa Pátria. Juizes humildes, discretos, desambiciosos e serenos, que servem com proficiência à justiça. Juizes de lúcida inteligência, de profunda cultura, de firmeza de convicções e atitudes, de exemplar dignidade, de inabalável dedicação à causa da justiça.

Exorbitar no julgamento, agindo aqodadamente no processo, e ainda lavrar na sentença entendimentos que contrariam os autos, é distanciar-se da independência e da isenção que caracterizam a função judicial.

Milton Campos setenciou que "O juiz marca o ritmo do foro. Segundo suas virtudes ou seus defeitos, a vida forense se enobreceu ou se evilta; eleva-se no esforço da cultura ou se degrada nas práticas subalternas. Raphael Magalhães dizia que "o juiz deve ter a humildade necessárias para ouvir com paciência as queixas reclamações e réplicas que a parte oponha a seus despachos e sentenças. Apontar os erros do julgador, profiglar-lhe os deslizes, os abusos, as injustiças em linguagem veemente, é direito sagrado do pleiteante. O calor da expressão — há de ser, por força, em temperatura alta. O juiz é que tem de se revestir da couraça da insensibilidade profissional necessária para não perder a calma e não cometer excessos". Juiz que era, Raphael Magalhães recomendava ao magistrado dois atributos dos mais altos de seu ofício: a paciência e a modéstia. E acentuava: Sem paciência não existe o bom julgador. A paciência evita no juiz os arrebatamentos, as precipitações e os impulsos que conduzem ao erro, a modéstia lhe enobrece a figura e lhe realça as virtudes, assegurando à sua consciência o ambiente de serenidade fora do qual não floresce a Justiça.

Louvamos em documentos idôneos e juntando Parecer do eminente professor Luiz Olavo Baptista, advogado em São Paulo, Doutor em Direito da Universidade de Paris. Membro da "Société de Législation Comparée", colaborador Correspondente da UNIDROIT e Professor Visitante da Universidade do Michigan, que conclui pela ilegalidade das comissões pagas e que se pleiteie pela via judicial a devolução das importâncias pagas indevidamente além de apontar fraude à legislação cambial no pagamento de 490 mil dólares à Midland Montagu, que é controlada pelo Midland P.L.C., pois recebendo a subsidiária do Banco, a comissão aqui pode, uma vez pagos os impostos, remetê-la como

lucro ao seu país de origem, burlando os limites impostos para o valor de juros e comissões pelo Banco Central, pleiteamos a Ação Popular subscrita pelos destacados juristas Professor René Dotti e Walter Borges Carneiro e a declaração de nulidade dos atos que proporcionaram o pagamento e os recebimentos, com a reposição ao Tesouro do Estado".

Digo a esta Casa, que a Ação Popular, fatalmente, vai ter o seu desaguadouro no Excelso Tribunal Federal e tenho em mim, a convicção de que os juizes da nossa terra vão dar a exemplar punição aqueles que assaltaram os cofres públicos do nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - A Mesa

deseja registrar a presença do Doutor CARREL IPIRANGA BENEVIDES, Prefeito de Manaus, em exercício.

Encerrada a Hora das Lideranças, passaremos

a

#### ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 37 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Expediente subscrito por 21 (vinte e um) Senhores Deputados do PDS, constante do expediente, indicando o nome do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira para Líder do PDS na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para o período legislativo de 1.º de março de 1985 à 1.º de março de 1986. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Maria Thereza de Abreu Figueiredo, ocorrido no dia 26 de fevereiro do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Antônio Sad, ocorrido no dia 21 de fevereiro do corrente ano, no Município de Ponta Grossa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão de Mattos Leão, constante do expediente,

solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Jacira Martins Annibelli, ocorrido no dia 22 de fevereiro do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, com apoio de diversos Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Jacira Martins Annibelli, ocorrido no dia 22 de fevereiro do corrente ano.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, para que Vossa Excelência considere como assinado pela integralidade da Bancada do nosso Partido, e pessoalmente por este Deputado que fala; a união das nossas assinaturas, ao requerido pelo eminente Deputado Anibal Khury. De vez que a Senhora Jacira Martins Annibelli foi uma exemplar companheira de um ilustre brasileiro do Paraná, o ex-Deputado Antônio Annibelli, que exerceu as funções de Presidente desta Casa; que exerceu as altas funções de Governador do Estado, e que, ao falecer, deixou em todos nós um imenso vácuo de saudade, pois que, pelas suas qualidades pessoais, contribuiu também ao lado do seu esposo, e mais recentemente, ao lado de seu filho, o ilustre Deputado Antônio Martins Annibelli, Primeiro Vice-Presidente desta Casa, no exercício da coisa pública.

Por isto, Vossa Excelência considere este requerimento assinado por este Deputado e pela integralidade da Bancada do Partido Democrático Social nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - O requerimento se encontra em votação e esta Presidência, através da assessoria, encaminha a Vossa Excelência para subscrição.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, nós queremos também nos integrar às homenagens prestadas em requerimento pelo nobre Deputado Anibal Khury e estender a todos os integrantes da Bancada do PMDB, já que trata-se de uma homenagem justa, à figura da genitora do ilustre Deputado Antônio Martins Annibelli.

Portanto, requeiro de Vossa Excelência que estenda o requerimento em meu nome de todos os integrantes da Bancada do PMDB nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Estão deferidos ambos os requerimentos. Está em votação o requerimento. Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Jacira Martins Annibelli, ocorrido no dia 22 de fevereiro do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Jacó Schulz, ocorrido no Município de Paranavai.



**Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, solicitando a recondução por mais 30 dias, de todos os componentes das Comissões Permanentes desta Casa de Leis, ou até a determinação e escolha da nova Liderança.

**Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, na qualidade de Líder do PDS, constante do expediente, solicitando a recondução, por mais 30 dias, de todos os componentes das Comissões Permanentes desta Casa de Leis, ou até a determinação e escolha da nova Liderança.

**Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministro da Fazenda e Presidente do Banco do Brasil, encarecendo a implantação de uma agência do mesmo no Município de Atalaia. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário das Finanças, encarecendo a instalação de um posto bancário do BANESTADO do Município de Sarandi. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro dos Transportes, encarecendo a liberação de recursos para a construção de uma ponte ligando Porto Felício - Porto Caiuá. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, encarecendo o aumento do número de telefones do Municípios de Atalaia. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretário do Interior e Presidente da COHAPAR, encarecendo informações que esclareçam a respeito do número de unidades residenciais programadas para o Município de Maringá no corrente ano. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário das Finanças, encarecendo a construção do prédio para a Agência de Rendas do Município de Atalaia. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da República, encarecendo a regulamentação da lei

do Estatuto da Microempresa aprovado pelo Congresso Nacional, se faça uma fixação compatível do valor em ORTN'S das empresas que serão dispensadas de recolher ICM, de modo que não ocorra uma evasão de rendas de nossos municípios. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministro da Fazenda e Presidente do Banco do Brasil, encarecendo a implantação de uma agência do mesmo no Município de Sarandi. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário das Finanças, encarecendo a construção de um prédio para a Agência de Rendas do Município de Jussara. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a recuperação e conservação da estrada de leito natural que liga os Municípios de Araruna e Campo Mourão. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente da EMOPAR, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo a recuperação da Escola Municipal São Judas Tadeu, no Município de Barbosa Ferraz. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a destinação de uma máquina de escrever para o posto de saúde do Município de Boa Esperança. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo a liberação de recursos financeiros a serem aplicados como ajuda na manutenção do Esporte Clube XV de Novembro, do Município de Campina da Lagoa. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo a liberação de recursos financeiros a serem aplicados na execução do projeto de sinalização urbana no Município de Campo Mourão. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 22º aniversário de existência do Jornal Diário Popular. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Deputado Federal José Alencar Furtado, encarecendo seja apresentado projeto de lei que concede aposentadoria aos vinte anos de serviço, aos funcionários públicos portadores de deficiência física. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa do artigo publicado no jornal "Gazeta do Povo", de autoria do Professor Alvacir Alfredo Nicz, onde destaca a necessidade da convocação da Constituinte. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa do artigo publicado no Jornal "Gazeta do Povo", intitulado "A Volta de um Velho Artista". — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de Moção de Repúdio à empresa FRIGOBRA-SADIA, do Município de Toledo, por ter colocado em sua produção pessoas não habilitadas, em substituição a trabalhadores que estão em greve por melhores salários. — Em discussão.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela Ordem)  
Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezzi) — Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa do editorial publicado no "Jornal do Estado", sob o título "Divulgação Sem Falha". — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente do Sr. Chefe da Casa Civil, encarecendo informações acerca dos recentes espetáculos artísticos de Fafá de Belém em diversos Municípios, com participação de certos órgãos estaduais. Retirado pelo Autor.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 05, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

#### EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 308/84.

Levanta-se a sessão.

**MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, EM**

SESSÃO DO DIA 04 DE MARÇO DE 1985.

#### Divulgação sem Falha

17 de fevereiro de 1985.

#### "OPINIÃO"

O Paraná está muito bem de órgãos de comunicação social. Jornais, emissoras de rádio e televisão, com cobertura total no Estado. Há muitos anos o Governo do Estado vem usufruindo desta cobertura, vendo publicadas todas as matérias jornalísticas de interesse geral que são geradas no Palácio Iguaçu e em outros órgãos ligados ao Governo. Repentinamente começaram a surgir algumas revistas em órgãos administrativos e mais recentemente no próprio Palácio Iguaçu, através da Secretaria de Comunicação Social. Será que tais revistas são realmente necessárias? E por que o povo tem que patrocinar essas publicações onerosas?

Continua sendo muito mais fácil, e com média bem maior, veicular nos órgãos de comunicação normais.

Até que ponto a veiculação de matérias oficiais na revista oficial tem a repercussão que se quer dar às notícias de Gabinete? A revista oficial, com toda sua riqueza externa e interna, é encaminhada para as repartições do grupo que governa o Estado e se alguém a lê realmente, nada quer saber pois já sabe tudo aquilo que está no papel e mais um pouco.

E bem pouca gente gosta de ler apenas notícias que enaltecem feitos da Administração. Nessas condições, a princípio, o mínimo de pessoas vai acompanhar as matérias da revista produzida pelo Governo e quem as lê, não tem condições de sofrer qualquer tipo de influências com os assuntos apresentados, porque pertence ao próprio Governo. Enfim, aí está uma parcela relativamente grande de dinheiro público jogada fora todos os meses através das repartições públicas estaduais.

Ao contrário, quem compra um jornal, quer realmente ler as notícias e entre os mais variados assuntos estão aqueles que são oriundos do Poder Executivo e que precisam ser divulgados. Algumas inovações que vêm sendo experimentadas pelo atual Governo devem ser revistas imediatamente e entre elas está a confecção de revistas pelos órgãos governamentais. Seria interessante que os responsáveis por essas publicações analisassem o que aconteceu no passado, quando algumas experiências desse tipo foram feitas e em pouco tempo concluir-se que o tradicional uso do jornal, da emissora de rádio, da emissora de televisão ainda continua sendo o melhor meio de comunicação das massas.

Qualquer elemento do próprio Governo que milita há tempos em órgãos oficiais pode prestar depoimentos sobre tentativas anteriores de publicações de cunho oficial. É fácil colher um exemplo: quem gosta de ouvir o programa radiofônico obrigatório em todas as emissoras do País, "A Voz do Brasil"? Só ouve quem tem interesse em determinada notícia relacionada ao Poder Judiciário, por exemplo. Assim, as matérias jornalísticas ali veiculadas, acabam diluídas no cunho oficial dado à divulgação de notícias.

Também não pode haver qualquer tipo queixa com relação aos órgãos de divulgação privados que cobrem o Estado do Paraná. Praticamente todos os grandes jornais mantêm rede de distribuição em

quase todos os Municípios do Estado. A cobertura radiofônica do Paraná e, possivelmente uma das mais completas do Brasil. Há casos de cidades com um número insignificante de habitantes que possui a sua própria emissora de rádio. Isso sem contar as grandes emissoras, com maior potência, capazes de uma cobertura estadual e até nacional. Temos emissoras de rádio com ondas curtas. A cobertura televisiva também atinge hoje todo o Estado do Paraná, quer através da imagem direta ou através de repetidoras estrategicamente colocadas em diversas regiões. Não pode haver qualquer tipo de queixa contra alguma falha de cobertura jornalística no Paraná. Nessas condições, não há motivos para criar meios duvidosos de comunicação em época de economia.

**MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO EDUARDO BAGGIO, EM SESSÃO DO DIA 04 DE MARÇO DE 1985.**

#### **A VOLTA DE UM VELHO ARTISTA**

(...só um árabe, chamado Aníbal, previu o que estava escrito no Livro do Destino).

Parecia uma estrada sem fim e cheia de percalços. Ia ser longa, a quase solitária caminhada, um desafio à resistência física e à paciência. Como um Carlito, gordo e claudicante, apoiado em grossa bengala, estimulado só por familiares e por uns poucos amigos, o velho artista deu o primeiro passo e, através de quatorze longos anos não contou os outros milhões que foram dados, rumo a um objetivo que, às vezes se distanciava no horizonte, como se fosse uma inacessível estrela.

Quem acompanhou esforço, pode compará-lo ao desempenho solitário de um maratonista. Foi preciso dosar as emoções, controlar o folego, poupar o coração, desligar a cabeça, resistindo a muitas dores físicas e morais. Houve um tempo que não era fácil ficar na estrada debaixo de chuva, raios e tempestade.

Mas a estrada tinha fim e foi vencida. Agora era preciso recuperar tudo que havia sido perdido ou foi tomado, antes de ser iniciado a caminhada. A reparação de injustiças públicas se faz através de julgamento popular. E o velho artista subiu ao palco para se confrontar, com artistas mais jovens, de uma geração adaptada e preparada para dançar e cantar de acordo com a música. Não foi fácil, em princípio,

conviver com artistas menores, apenas especialistas em engolir sapos e espadas. Não foi brincadeira resistir a antropotagos e fisiológicos, sorrir diante da malcriação premeditada, suportar pequenos e diários desafios ou entender os arroubos temperamentais dos modelos da nova geração.

Mas competir é preciso. Rumo ao útero materno, pela vida inteira, até a morte.

A competição constante, permanente, eterna. E foi preciso, no novo palco, o velho artista desenferrujar. Abrir sua mala e dela tirar trajes e máscaras. aguçar a memória reaprender a lidar com o público e com os concorrentes. Política é uma arte e o artista em ação é um político.

Ser marginalizado, pelos artistas mais jovens, no seu próprio palco, foi uma espécie de aviso, na base do "aqui não há lugar para velhas raposas, para antigos artistas e para gente de outras escolas". O normal era se sentir como estranho no ninho. O natural era bater em retirada discreta. O lógico seria buscar espaço onde houvesse. Mas nada é normal, nada é natural e nada é lógico para quem rema contra a correnteza voa contra o vento ou se recusa, pura e simplesmente, a aceitar a derrota como irremediável. Uma grande volta precisou ser dada, por cima, exigindo talento e habilidade. Só isto como arma.

Quem vê o artista no palco, sob as luzes dos refletores, vestindo trajes reluzentes, não imagina que ali está um ser humano, sujeito a falhas, a lapsos de memórias, a se deixar levar pela emoção, a perder e direção, a esquecer falas, sob a pressão silenciosa do público, debaixo de aplausos ou vaia da plateia. Enfim, um ser humano sensível ao apoio ou a traição que recebe dentro da classe artística.

Foram 39.501 os componentes do corpo de jurados popular que devolveu o velho artista ao seu palco.

Mas para a consagração definitiva, para a recuperação e reabilitação integral, era necessário novo julgamento artístico, através de um júri representativo da própria classe. O júri de 51 membros deliberou e votou dando 51 votos positivos. Como o júri chegou a tal decisão, já nesta altura pouco importa. Para um velho e calejado artista de origem árabe, com toda a carga de fatalismo que a raça carrega, tem uma explicação na língua de origem: "Mak Tub". No livro do Destino estava escrito que haveria um recomeço. (A.C.L.)